

# NOVOS RUMOS

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. — Diretor — Mário Alves — Redator-Chefe — Fragmen Bergan

## TODO APOIO A CUBA CONTRA IMINENTE AGRESSÃO IANQUE

Textos nas páginas 3, 7 e 8 deste caderno



### ABI foi pequena para Prestes falar

COM a presença atenta e entusiasta de mais de mil pessoas — outras tantas ficaram impossibilitadas de entrar no auditório, e tiveram de voltar para casa — realizou-se na ABI a palestra de Prestes (foto), sobre a conferência de Moscou, patrocinada por NOVOS RUMOS. Numerosos líderes sindicais, políticos, jornalistas e intelectuais prestigiaram o ato, que obteve completo êxito também sob o ponto de vista financeiro, permitindo a arrecadação de uma substancial ajuda a NOVOS RUMOS. A exposição de Prestes, sobre o que foi e o que representou, para a luta dos povos pela paz e o socialismo, a conferência dos partidos comunistas e operários foi repetidamente interrompida pelos aplausos da assistência. Leia na 3ª página.

### Comissão de Lacerda é boa para a Telefônica

COM quem ficará o sr. Otávio Correia Bulhões em 1961? Com o Estado da Guanabara, ou com a Companhia Telefônica? Se ficar com o Estado, terá mudado de opinião. Em caso contrário, apenas se manterá fiel à opinião entreguista que manifestou há dois anos, no relatório sobre serviços telefônicos, elaborado por incumbência de JK, e do qual é um dos signatários. Será que o sr. Lacerda não sabia que em matéria de telefones — como em qualquer outra — o sr. Bulhões está sempre ao lado de capital estrangeiro? Se assim é, por que, então, o sr. Lacerda encena tamanha farsa, dizendo-se disposto a apurar a real situação na CTB? Na 6ª página o leitor encontrará reportagem sobre o assunto.

### O auto-retrato do sr. Peralva

Artigo de  
MÁRIO ALVES  
na 5ª pág. do 2º cad.

### Aspectos do movimento operário paulista em 60

Artigo de  
MOISÉS VINHAS  
na 2ª página

### IAPB: nova política a serviço exclusivo dos bancários brasileiros

A NOVA política administrativa inteiramente voltada para os interesses dos bancários, que vem sendo desenvolvida pelos atuais órgãos colegiados do IAPB, conta com o apoio dos trabalhadores de todas as demais categorias profissionais, que começa a se mobilizar não apenas para defender a ação moralizadora iniciada no IAPB, mas para estendê-la aos demais institutos de previdência. É a política de direção entregue aos próprios trabalhadores, da qual a substituição de Enos Sadok de Sá por Edgar de Rocha Costa é o exemplo. Leia na 1ª página do 2º caderno.

### «Fidel Castro» paulista foi libertado

O LÍDER comunista Jafre Correia Neto, conhecido como o «Fidel Castro» paulista, processado e mantido na prisão em virtude da ação do governador Carvalho Pinto contra os lavradores de Santa Fé do Sul que lutam por um pedaço de terra, foi libertado. A decisão foi obtida graças a uma grande campanha nacional liderada pelos sindicatos paulistas, estudantes e outras entidades. (Reportagem na 4ª página do 1º caderno).

### Trabalhadores em defesa do direito de greve

OS líderes sindicais de todo o país, representando o pensamento unânime de milhões de trabalhadores, encontram-se empenhados na campanha em defesa dos aeroviários demitidos como grevistas. A campanha visa a revogação imediata do decreto-lei 9.070 e a defesa intransigente do direito de greve, ameaçado com a investida das empresas de aviação comercial, que contam com a conivência das autoridades governamentais. Leia na 2ª página do 1º caderno.

## Fidel Não Está só

## Às Ruas, Com Fidel

ORLANDO BOMFIM JR.

AS RAZÕES apresentadas por Eisenhower como justificativa para o rompimento de relações com o governo de Cuba não enganam a ninguém. O velho general, agora reduzido a fracassado comandante da guerra fria, não chegou sequer ao nível das razões de cabo de esquadra. O governo de Fidel Castro praticará um ato soberano de legítima defesa, pedindo paridade no número de membros das representações dos dois países, com a redução do numerosíssimo (mais de três dezenas) corpo de funcionários da embaixada dos E.U.A. em Havana. Mesmo porque os fatos já haviam comprovado que a função principal de tanta gente nada tinha a ver com relações diplomáticas, mas se voltava para a espionagem e a sabotagem.

A REAÇÃO de Washington é conhecida. Note-se que não discutiu o critério da igualdade de representações, não discutiu o mérito da questão. O pedido foi considerado uma ofensa e a resposta foi o rompimento. Mera reação desesperada de decrépito Sansão de cabelo cortado, incapaz de aceitar um tratamento de igual para igual? Nada disso. Trata-se de um ato frio e calculado, perfeitamente coerente com uma política agressiva que está sendo posta em prática nos seus menores detalhes.

FIDEL Castro, dias antes, havia denunciado ao mundo os preparativos do governo norte-americano para uma agressão militar iminente. Os indícios se tornavam cada vez mais claros. E à trama criminosa se ligava o esforço da pressão diplomática ianque, junto aos países latino-americanos, para isolar politicamente a ilha libertada. O governo do Peru cumpriu rápido os ordens, rompendo relações. Parece que será seguido pelos governos do Panamá e do Uruguai. Agora o patrão dá o exemplo. Assim como quem está impaciente e quer mostrar que não permite nenhuma demora.

CRESCER, assim, o perigo, que não pode de maneira alguma ser subestimado. Na que toca ao Brasil, o sr. Juscelino Kubitschek, que antes já se mantinha numa atitude de condenável omissão, alheio às ma-

nifestações de simpatia e apoio do povo brasileiro à revolução cubana, passou a fazer insinuações lamentavelmente hostis a Cuba e a Fidel Castro. Leia-se seu discurso de Ana Nova. Fala nas «perturbações da guerra fria, que, infelizmente, já está exercendo sua ação maléfica em certas áreas deste Hemisfério». E, jactando-se de ser um político de «posição moderada», condena os «líderes extremados que conseguiram romper os laços de solidariedade dos povos americanos com a causa democrática.»

MAS, QUE perturbações da guerra fria são essas? Para o povo brasileiro, a guerra fria se alimenta, exatamente, nos altos círculos dirigentes do governo norte-americano. O rompimento de relações com o governo de Cuba é uma comprovação vigorosa dessa verdade, opondo-se de maneira violenta à política de coexistência pacífica. E nosso povo também aprendeu, particularmente nos últimos anos, que essa «posição moderada» não passa de subserviente conciliação com o Departamento de Estado e não se confunde com a solidariedade à causa democrática, hoje na verdade defendida por «líderes extremados» como Fidel Castro.

A FALA do sr. Kubitschek está longe, pois, de expressar o que pensa e sente o povo brasileiro. E se afasta dos reais interesses de nossa Pátria. Nossos interesses são os mesmos interesses de libertação e independência defendidos pela revolução cubana contra o mesmo inimigo, os monopólios imperialistas ianques e seu governo. E é por isso que, ante o perigo que se agrava, todos os patriotas e democratas hão de saber redobrar sua solidariedade à terra de Fidel Castro. Chegou-se ao momento de ganhar as ruas e passar aos fatos. O sentimento de apoio a Cuba deve transformar-se em atos concretos. A mão do agressor já está levantada, preparando o golpe covarde e criminoso. Tudo deve ser feito para contê-la. De tal maneira que fique bem claro o seguinte: nosso povo receberá uma agressão a Cuba como uma agressão ao nosso próprio território. E, se tal acontecer, com essa compreensão deverá reagir.

**MOBILIZAÇÃO DOS SINDICATOS:**

# Defesa Dos Aeroaviários e do Direito de Greve

Os proprietários das empresas de aviação comercial encerraram o ano de 1960 tratando de reverter o decreto-lei 9.070, procurando legalizar a demissão de cerca de três mil aeroviários que participaram da greve nacional por melhores salários. Mas o Ano Novo se inicia sob uma contra-ofensiva geral não apenas dos aeroviários, mas de todos os trabalhadores do Brasil, que unem suas forças em defesa dos trabalhadores demitidos e do sagrado direito de greve.

Enquanto os proprietários das empresas de aviação comercial, que afluíram lucros fabulosos de quotas das subvenções e dos favores governamentais, zombavam dos apelos românticos dos ministros do Trabalho e da Aeronáutica, que lhes pediam a readmissão dos grevistas, os líderes sindicais convocavam a se mobilizar em todo o país, tendo em vista a defesa efetiva do direito de greve, de cuja violação resultara a demissão de milhares de aeroviários, muitos dos quais com mais de 20 anos de casa.

Na verdade, os trabalhadores compreendem que o poder das empresas de aviação comercial se sobrepõe ao das próprias autoridades designadas pela máquina informal da corrupção. Mas ainda, os trabalhadores compreendem que o Ministério do Trabalho, apesar de jógo de palavras demagógicas de sr. Ayrão de Siles Coelho, não passa de um instrumento criado aos interesses das grandes empresas. E se não houvesse outro elemento que provasse essa afirmação, bastaria a declaração do Diretor Geral do DNT, até agora não desmentida pelo ministro do Trabalho, de que a greve dos aeroviários era ilegal.

Muito tarde pressionado pelos aeroviários e líderes sindicais de outras categorias profissionais, para que tomasse algumas medidas de repressão contra as empresas que se negavam a readmitir os seus empregados, fazendo-os cumprir as leis e obrigando-os a pagar as suas dívidas vultosas para com as entidades de previdência social, o ministro saltou de seu não ao possível, porque havia sido dado um prazo de mais de 15 anos para que as referidas dívidas fossem salgadas. O mais grave é que, segundo se sabe, esse prazo longo foi dado pelo antigo ministro Batista Ramos, em troca de duas mil passagens aéreas: isso se fez pelas serventias ministeriais, sem que até agora fosse tomada qualquer providência para apagar a sua existência, e a legalidade dessa criminoso transação com os chefes dos trabalhadores.

**Mobilização**

O fato é que a demissão de trabalhadores, muitos dos quais com 30 anos de casa, e de dezenas de dirigentes sindicais, constituiu um golpe de morte para todos os trabalhadores brasileiros, que sentem a necessidade de assegurar, por todos os meios possíveis, o direito de fazer greve.

Partindo desse princípio, dirigentes de entidades sindicais nacionais e líderes operários de Guanabara, acompanhados de inúmeros parlamentares, resolveram, na manhã do dia 28 de

dezembro passado, constituir o Comando de Defesa dos Aeroaviários e do Direito de Greve. Esse comando funciona, diariamente, na sede da Federação Nacional dos Marítimos, na sua Camarim, 128, 11º andar.

**Assembleias**

Do Comando de Defesa dos Aeroaviários e do Direito de Greve, fazem parte, entre outros, os líderes Humberto Meneses, presidente da Confederação Nacional dos Bancários; Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores; Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferrovários; Nelson Mendonça, secretário da Federação Nacional dos Marítimos; Severino Schanapp, presidente da Federação Nacional dos Arrumadores; e Benedito Corqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guanabara.

Este comando, que conta ainda com a participação de dezenas de dirigentes sindicais de todas as categorias profissionais, recomendou a todos os sindicatos e associações profissionais do País que promovam assembleias até o dia 10 de corrente, a fim de examinar com os seus associados a situação criada com a demissão dos aeroviários, e com a violação aberta do direito de greve, para tomar uma posição de luta em solidariedade aos trabalhadores demitidos e de defesa dos liberdades sindicais, entre as quais se inclui o direito de greve.

O resultado dessas assembleias deverá ser enviado ao Comando que se reunirá para apreciar as sugestões recebidas, e traçar o plano para uma campanha nacional mais ampla, tendo como objetivo o enteiro definitivo do decreto-lei 9.070, e a aprovação do projeto que regulamenta o direito de greve, de autoria do deputado Aurélio Vianna, com as emendas apresentadas pelos trabalhadores.

**Plano de ação**

Independente das medidas que venham a ser tomadas posteriormente, ficou decidida a realização de uma assembleia de trabalhadores de todas as categorias profissionais, no dia 4 de corrente, no Sindicato dos Têxteis, para examinar a situação.

No dia 5, os aeroviários demitidos e suas famílias promoverão uma passeata pelas ruas da cidade, rumo a Assembleia Constituinte. Conduzindo a bandeira de seu Sindicato e inúmeras faixas e cartazes denunciando as arbitrariedades de que foram vítimas e solicitando ao povo, aos trabalhadores e as autoridades o apoio para a sua causa. Também os líderes sindicais caríacos encabeçarão o desfile dos aeroviários, conduzindo as bandeiras e os diâmetros das suas entidades, numa impressionante manifestação de solidariedade e de defesa do direito de greve.

**Ajuda aos grevistas**

Outras medidas foram adotadas pelo Comando, entre as quais as seguintes: 1) solicitar do Governo da

Guanabara uma verba de 10 milhões de cruzeiros, e da Comissão de Imposto Sindical uma ajuda de três milhões de cruzeiros, destinadas à manutenção dos aeroviários demitidos e de suas famílias; 2) solicitar uma audiência com o presidente da República para apressar seu repúdio e demissão dos aeroviários e seu protesto contra a aplicação do 9.070; 3) solicitar a intervenção nos empresas de navegação aérea; 4) pedir ao Presidente da Câmara Federal e à Comissão Parlamentar de Inquérito, que examinem o problema das dispensas dos aeroviários relacionados com a segurança de vôo, que se toma cada vez mais precária.

**Readmissões**

Ainda do protesto que se levantou em todo o País, exigindo a garantia do direito de greve e a volta dos aeroviários demitidos ao serviço, começou a dar os primeiros resultados positivos, com o regresso ao trabalho de inúmeros aeroviários. Mas a maioria deles, entretanto, continua com os seus direitos violados, dependendo cada vez mais da intensificação do movimento de solidariedade em todo o território nacional. A causa dos aeroviários, como é facilmente compreensível, é o caso de todos os trabalhadores brasileiros, que frequentemente, levados pelo legítimo direito de lutar por melhores salários a fim de garantir o pão para os seus filhos, são obrigados a recorrer ao uso da greve, como fizeram os seus companheiros aeroviários.

# Aspectos do Movimento Operário Paulista em 1960

O aspecto que se destaca no processo de desenvolvimento do Estado de São Paulo é o crescimento do seu proletariado.

Reunindo o operariado fabril, e dos transportes em geral, os assalariados agrícolas, os empregados do comércio e dos bancos, e de outros serviços, atingiu a estrutura do proletariado em fins de 1960 aproximadamente a 3 milhões de pessoas. Não obstante sua recente formação, pelo crescente afluxo de trabalhadores do campo, do interior e dos demais Estados, pelo diferente papel que desempenham, os diversos segmentos da produção e pela evidente proletarianização da massa de empregados dos mais diversos setores, o processo de sedimentação do proletariado paulista torna-se acelerado.

A influência exercida pelo operariado fabril sobre a massa de empregados em geral na que tange as reivindicações, formas de luta e organizações, vem aumentando constantemente. Tal influência procede da crescente concentração do operariado e empregados em grandes empresas.

Calculando-se 3 pessoas por família, os trabalhadores representam mais de dois terços numa população de 12 milhões no Estado. Isto faz constatar o crescimento do peso específico do proletariado na vida econômica, social e política do povo paulista.

Outro aspecto importante a ressaltar é que durante o ano de 1960 o proletariado conquistou maiores reivindicações econômicas e políticas. Enfrentando a crescente política antipopular dos governos federal e estadual, a crescente exploração dos trusts estrangeiros e do patronato em geral, conquistou o proletariado com o de todos os outros Estados a lei de Previdência Social e o salário mínimo. Obteve reajustes salariais de 35% a 40%, em confronto com os 18% e 25% conquistados em 1959. No processo da luta pela conquista do 13º mês, milhares de trabalhadores conquistaram abono no apagar das luzes do ano. Deu-se início à revogação da arbitrária divisão do Estado em 5 zonas, pela lei do salário mínimo. O proletariado também tomou posição ativa em defesa das liberdades democráticas, contra a ameaça de intervenção nos sindicatos e a frustrada decretação do estado de sítio. E as reivindicações e conquistas começaram a ecoar no campo, entre assalariados agrícolas e as massas camponesas. Tal fato abre os grandes massas do povo em todo o Estado a perspectiva para 1961 de lutas para a conquista de maiores reivindicações, direitos e melhorias.

Esse ano que finda é marcado de lutas vigorosas e das mais diversas formas. Especial destaque tiveram as greves que, segundo dados oficiais do governo do Estado, publicadas na "A Gazeta" de 11.11.60, atingiram durante sua gestão 1251 paralisações de serviço, com o aumento desse número no fim do ano. Nas últimas dias de 1960 esses movimentos terão atingido, aproximadamente, cerca de 1/2 milhão de trabalhadores. Entre outros, cumpre-nos citar a greve dos metalúrgicos — 9 dias — na qual se verificou uma



**Trabalhadores em contra-ofensiva**

As empresas de aviação comercial querem tornar legal a demissão de cerca de três mil aeroviários que participaram da greve nacional por melhores salários. Todavia, os sindicatos de diversas categorias profissionais, irmãs nos seus companheiros da aviação comercial, já se mobilizam para defender os trabalhadores demitidos e o direito de greve

grande unidade, organização e combatividade excepcionais. A greve dos trabalhadores da Santos-Jundiaí manteve-se firme além do prazo determinado pelo comando geral. As assembleias que antecederam às greves e as reuniões de operários por fábrica, superaram todos os que se realizaram até então, atingindo até o número de 10 mil presentes como é dos gráficos, por exemplo. Apesar da crescente repressão do governo do Estado, com prisões em massa, espancamentos, ameaças e repressões de toda ordem, realizaram-se inúmeras manifestações de rua, com participação de milhares de trabalhadores. A combatividade do proletariado estimulou a luta dos funcionários públicos e da Força Pública, contra o pior patrão: o governador do Estado. As lutas de ano de 1960 foram as mais amplas, profundas e elevadas, dando vitórias aos trabalhadores e fortalecendo suas fileiras. Muitas delas logo se transformaram em ações políticas contra o governo federal, do Estado, a Justiça, os patrões estrangeiros, etc. Mesmo assim, salvo raras exceções, mantiveram-se firmes até o fim.

No ano de 1960 progrediu a ação, a unidade, e a solidariedade e a organização dos trabalhadores. Os inimigos da classe operária continuaram sua trama para dividir o movimento sindical. Sua atividade é dirigida pelo consulado norte-americano em São Paulo, a secretaria de Trabalho do governo do Estado e por diversas repartições estaduais e federais e serviço dos exploradores. Especial papel desempenha o direito do clero, que reivindica a pluralidade sindical — que ajudou a fundar e organização marginal — frente nacional do trabalho — que orienta sua atividade contra a unidade de movimento sindical e na persistente defesa do reformismo. Não obstante estes e outras dificuldades, realizou-se o II Congresso Sindical do Estado com a participação das federações e sindicatas. Foi aprovado um amplo programa de reivindicações econômicas e políticas. Ativaram-se o conselho sindical dos trabalhadores do Estado e os diversos comitês ou centrais sindicais, municipais e regionais, que abrangem o movimento sindical do Estado. Entre o funcionalismo civil e militar a unidade é animadora. Trabalhadores dos ferrovias unem-se aos funcionários públicos do Estado contra o mesmo patrão e participaram com destaque do III Congresso Nacional dos Trabalhadores.

No tocante à solidariedade, os trabalhadores revelaram maior compreensão, combatendo o individualismo e o sectarismo. O proletariado de Santos realizou uma greve geral de solidariedade aos trabalhadores da Fábrica "Aymorés". Graças à solidariedade recebida, a greve da "Aymorés" manteve-se por mais de 150 dias, terminando vitoriosa. A solidariedade estendeu-se ao funcionalismo público civil e militar. A solidariedade aos camponeses presos aprofundou-se, cresce, o povo cubano, sua revolução libertadora, encontra entre o operariado um clima de ardente simpatia.

Com esse consenso cresce e organiza o proletariado. Todas as federações reforçam suas fileiras com no-

vos sindicatos, acompanhando e deslocando da indústria para o interior. O movimento sindical do Estado atingiu este ano 17 federações, 224 sindicatos de trabalhadores e 47 de profissões liberais. Em geral os sindicatos aumentam o número de seus quadros e filiados. Exemplos nos oferecem os têxteis e os metalúrgicos. A Federação dos Têxteis dirige um plano para conseguir 18 mil novos sócios, atingindo aproximadamente a 10 mil este ano. O sindicato dos metalúrgicos, este ano, atingiu e 73 mil associados, à base do ingresso voluntário de 30 sócios por dia. Em algumas categorias de capital, do Estado aumentou especialmente durante 1960 o número de delegados por fábrica, e que represente um passo para a elevação do nível de organização dos trabalhadores.

O movimento sindical no Estado cresce e se fortalece na ação, na unidade, na solidariedade e na organização. Existem porém sérias falhas a corrigir. E uma lacuna que enfraquece suas

lucias — a desorganização do proletariado agrícola e sua ausência nos movimentos e lutas periódicas. Outra debilidade é o crescente concentração de direção e da administração nos sindicatos da capital, onde a base não acompanha a cúpula. Tais lacunas somente serão preenchidas na atual situação com a criação de numerosas subseções nos bairros, legalização e nomeação de delegados por fábrica e através de persistente empenho para ajudar na organização do proletariado rural. Finalmente, requer uma maior atividade do C.S.T. que não se fez presente com suficiência e de forma mais enérgica durante os principais movimentos do fim de ano, e para o cumprimento das resoluções do II Congresso Estadual e III Congresso Nacional. As perspectivas para o ano de 1961 são de maior reforçamento das ações, da unidade, da organização do proletariado de São Paulo, em face da perspectiva do agravamento da carestia e com as experiências das atuais lutas vitoriosas.

## Defende Teu Direito

**N.S. (Estado da Guanabara).** O consultante, embora exercendo cargo de administração sindical (Secretário de Sindicato), foi despedido, oferecendo-lhe o empregador as indenizações e o Aviso Prévio. Legal, o procedimento?

O assunto não é original, e já o abordamos em resposta a consulta a nos formulada anteriormente. Não é demais repetir, entretanto, pela atualidade e transcendência da matéria, os dispositivos legais que disciplinam o contrato de empregado exercente de administração sindical, e o entendimento que os Tribunais Trabalhistas têm emprestado a tais dispositivos.

Estabelece o art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, que: "O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional não poderá, por motivo de serviço, ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido sem causa justificada, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para lugar ou função que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho da comissão ou do mandato." A denominada estabilidade provisória, que beneficia a tantos quantos, mesmo com menos de dez anos de casa, exercem cargo de administração sindical ou representação profissional, decorre da interpretação deste preceito de lei.

Apreciando a matéria os Tribunais têm decidido, prevalentemente, da seguinte forma: "Entendeu o Tribunal Superior do Trabalho que a mera indenização ao empregado exercente de mandato sindical com a cominação de multa, quando dispensado injustamente, frustraria o propósito da proteção visada pelo legislador, e anularia o amparo por ele pretendido, por isso que a indenização faria jus a qualquer empregado e a imposição de multa, por sua exiguidade, não impediria a aplicação da lei. É incensurável a este que assim entende. O empregado ocupante de cargo de administração sindical não pode, por motivo de serviço, ser impedido do exercício de suas funções, nem sequer transferido sem causa justificada. A decisão recorrida, deferindo a reintegração do reclamante, não violou o § 3º do art. 543 da Consolidação Trabalhista. Recurso extraordinário não conhecido". Ac. STJ 1ª Turma (Rec. Ext. 34.876, Rel. Mota Filho, in Dicionário de Decisões Trabalhistas, B. CALHEIROS BOMFIM, pag. 67, ed. de 1959.)

Prezamos alguns que a Consolidação das Leis do Trabalho não deferiu o direito da estabilidade àqueles que exercem cargo de administração sindical ou representação profissional, uma vez que a situação é regulada pelo § 3º do art. 543, do seguinte teor: "O empregador que despedir, suspender ou baixar de categoria o empregado, ou lhe reduzir o salário, para impedir que o mesmo se associe a sindicato, organize associação sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado, fica sujeito à penalidade prevista na alínea a do art. 553 (multa de Cr\$ 100,00 e Cr\$ 5.000,00, dobrada na reincidência), sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado."

Abordando o assunto, o Ministro Oscar Saraiva (Proc. TST — 2ª Turma — RR 483/58), argumenta que: "Suplente de Diretoria de Sindicato, empossado no cargo de Diretor, em substituição ao titular, que se licenciara. Dispensa do empregado. Para a efetiva observância do estatuto no § 3º do art. 543 da CLT, a reparação a que nele se alude se há de entender como a garantia do emprego. A mera indenização ao trabalhador despedido em razão de suas atividades sindicais e o pagamento de multa imposta por aquele preceito legal, frustraria o propósito da proteção visada pelo legislador e anularia o amparo por ele especialmente pretendido. Sem a garantia da volta ao emprego, inútil seria a proibição legal, incorporada também a texto de Convenção Internacional a que o Brasil aderiu, e firmada em 1949".

Assim, a jurisprudência dominante dos Tribunais Trabalhistas, interpretando de maneira correta as disposições legais referidas, objetivam colocar o mandato sindical e o empregado que o exerce, a salvo das repressões, e do espírito de emulação de alguns empregados. Acreditamos, pois, que foi ilegal a dispensa do consultante, e aconselhamos a que ajulze ação na Justiça do Trabalho, pleiteando a reintegração do emprego e o pagamento dos salários durante todo o tempo do afastamento.

## Nota Sindical

## Uma Nova Fase na Previdência Social

A Lei Orgânica da Previdência Social já está em plena execução. Um velho sonho do movimento sindical brasileiro começa a se tornar realidade — representantes das massas trabalhadoras, em todo o país, iniciam as suas novas funções nos órgãos de administração dos Institutos, que têm sob a sua responsabilidade a assistência social, médica e hospitalar a milhares de homens e mulheres que trabalham nos mais diversos ramos da indústria, do comércio e dos transportes.

Até agora, apesar das fabulosas receitas de todas as instituições de previdência social, baseadas fundamentalmente na contribuição compulsória do trabalhador, essas entidades têm atuado como verdadeiras madrasas das massas assalariadas. Os seus antigos administradores, políticos profissionais ou instrumentais deles, deixaram a marca da corrupção e da irresponsabilidade profunda e profundamente espalhada em todos os setores de atividade desses Institutos. Horas antes de serem empossados os novos dirigentes dessas instituições, era conhecida a nomeação de milhares de novos funcionários, sem que houvesse qualquer justificativa funcional. Uma verdadeira orgia de nomeações precederam a nova fase administrativa dos IAPs, tornando ainda mais difícil a missão saneadora que deverá ser iniciada, desde agora, pelos órgãos colegiados.

Contudo, as massas trabalhadoras esperam que tenhamos realmente uma nova fase na atividade das instituições de previdência social. Embora sem alimentar maiores ilusões, porque têm plena consciência que a solução dos seus problemas depende de uma série de fatores outros, os trabalhadores não subestimam a conquista que alcançaram com a nova Lei Orgânica da Previdência Social. Ela reflete, realmente, um dos aspectos da marcha ascendente do movimento sindical brasileiro na luta por melhores condições de vida das massas trabalhadoras.

Mas a Lei Orgânica da Previdência Social não se basta a si mesma, do mesmo modo que não está cumprida a missão das entidades sindicais com a simples eleição dos seus representantes aos órgãos colegiados. Instituto de Previdência tem sido, até agora, sinônimo de corrupção, de roubo, de safadeza. O sindicato é o oposto de tudo isso, ele é a instituição do trabalhador e traz, em sua atividade, a marca da correção, da seriedade, do zelo rigoroso pelos bens da coletividade e, fundamentalmente, do profundo sentimento de humana solidariedade, que é uma das características mais acentuadas na massa de trabalhadores. Essas qualidades intrínsecas aos homens que trabalham e produzem há de ser vinculadas à nova atividade das instituições de previdência social, porque nelas estão os representantes dos trabalhadores.

Para isso, entretanto, é indispensável o contacto permanente entre os representantes classistas nos órgãos colegiados e as massas trabalhadoras. Esse contacto, através de assembleias sindicais, e das incursões pelas próprias delegacias e subdelegacias dos institutos, onde imensa legião de contribuintes aguarda nas filas intermináveis a concessão de benefícios, é que permitirá a autenticidade da representação operária nos novos órgãos colegiados.

Tendo plena consciência de que representam as massas trabalhadoras, e que nos interesses delas devem ser baseadas todas as suas atitudes, os eleitos para os órgãos colegiados encontrarão o apoio necessário para se desincumbirem da sua missão, pugnando pelo cumprimento rigoroso dos benefícios estabelecidos na Lei Orgânica, e denunciando todas as trapaças, todos os vícios, e todos os crimes que cometem, ou que venham a ser cometidos nos bastidores das autarquias contra o seu próprio povo e em detrimento da massa de contribuintes formada, fundamentalmente, pela imensa legião de trabalhadores.

Nilton Azevedo

Evaraldo Martins

# MAIS UM PASSO PARA A INVASÃO: EUA ROMPE RELAÇÕES COM CUBA

O governo norte-americano resolveu romper as relações diplomáticas entre os EUA e Cuba, confirmando na prática as denúncias cubanas de que está preparando uma intervenção militar contra o regime revolucionário de Fidel Castro. Significativamente, algumas horas antes de anunciar a decisão, Eisenhower dizia ao novo embaixador equatoriano em Washington que a próxima conferência interamericana de Quito demonstrará a "absoluta unanimidade do continente". Em outras palavras, o representante máximo do imperialismo yanque acredita que até março deste ano sua máquina de agressão econômica, política e militar terá destruído a Revolução Cubana e apagado os últimos vestígios de independência de certos países latino-americanos.

O pretexto apresentado pelo governo yanque para o rompimento foi a decisão cubana de exigir que os Estados Unidos limitassem a onze funcionários o pessoal diplomático norte-americano em Cuba. Há alguns meses atrás, por "sugestão" do Departamento de Estado, o governo entreguista de Frondizi fez a mesma exigência às embaixadas da União Soviética e à România e até hoje não foram rompidas suas relações com estes países. Porque então os Estados Unidos se melindraram tanto com a decisão cubana?

## UM PLANO DE AGRESSÃO

Na verdade, o rompimento de relações EUA-Cuba é apenas mais um passo dentro da ofensiva diplomática e militar dos Estados Unidos para isolar o governo cubano dos demais governos latino-americanos e lançar depois uma invasão de fuzileiros navais contra a ilha das Caraíbas. Não é por acaso que já se anuncia que dois navios de guerra yanques se preparam para ir buscar cerca de 50 funcionários norte-americanos em Cuba. Como diz o velho ditado, "é muita banana por um tostão": porque dois navios e logo navios de guerra?

A nova ofensiva norte-americana contra a Revolução Cubana deu seus primeiros sinais quando o governo peruano (que,

também por "sugestão" do Departamento de Estado, convocou a essa mesma conferência da Costa Rica), anunciou o rompimento de suas relações com Cuba. Imediatamente, membros dos governos de Uruguai, de Panamá, da Venezuela e outros países latino-americanos endossaram as provocações yanque-peruanas sobre as "bases de foguetes soviéticas" e outras pelo estilo. Parece, entretanto, que a pressão norte-americana sobre os governos entreguistas não foi suficiente para contrabalançar o medo que esses governos sentem dos povos que "representam", pois esses apóiam entusiasticamente a Revolução Cubana. Daí a medida tomada agora pelo governo yanque: foi preciso que eles mesmo tomassem a iniciativa do rompimento para que os outros tomassem coragem.

## EMBAIXADA ORIGINAL

O governo norte-americano financia oficialmente e abertamente os elementos contra-revolucionários e partidários do ex-ditador Batista residentes nos Estados Unidos. Além do dinheiro recolhido pelos trustes e do próprio governo para a "caixinha" dos contra-revolucionários, o orçamento yanque já consigna a soma de um milhão de dólares por ano para "ajudar aos exilados".

O grupo de vinte mercenários que desembarcou há tempo em Cuba trazia armas, munições e material pertencente ao exército norte-americano. Quando o grupo se refugiou em Escambray, aviões militares saídos da base naval yanque de Guantánamo jogaram armas, munições e viveres para os "combatentes da liberdade".

O material explosivo utilizado pelos elementos terroristas contra-revolucionários, a gasolina gelatinosa, é exatamente do tipo empregado pelo exército norte-americano, que a entregou antes ao ditador Batista para que ele bombardeasse cidades cubanas.

Aviões saídos da Flórida durante muito tempo bombardearam cidades e canaviais cubanos e até hoje são usados para lançar folhetos contra o Governo Revolucionário de Fidel Castro. Seguindo a política oficialmente defendida por Eisenhower

quando do vôo espião do U-2 sobre a União Soviética, os funcionários da embaixada norte-americana em Cuba praticavam em grande escala a espionagem e a incitação à sublevação. A base naval de Guantánamo, imposta a Cuba por um tratado desigual, foi e continua sendo utilizada para organizar, financiar e apoiar mercenários e contra-revolucionários.

Estas são, em resumo, as atividades "diplomáticas" dos Estados Unidos em relação a Cuba. Nada mais justo, portanto, que o Governo cubano, num ato de legítima defesa, exigisse a limitação do número de funcionários-espíões e funcionários-subversores dos Estados Unidos.

## PROVOCAÇÃO NA BASE

Outro objetivo da manobra de rompimento dos Estados Unidos é tentar criar um incidente de grandes proporções na base naval de Guantánamo, que serviria de pretexto final para uma intervenção militar. De fato, como justificar a declaração oficial do governo yanque de que não pretende abandonar a base, mesmo depois de rompidas as relações entre os dois países? É absolutamente incompreensível, para qualquer pessoa sensata, que um país mantenha grandes instalações militares no território de um outro país com o qual não mantém relações diplomáticas, a não ser, é claro, que pretenda deflagrar uma guerra, arrastando nela outros países dependentes.

E que esse é exatamente o objetivo do governo yanque e mostra um jornal tão conservador como o "Jornal de Brasil", quando diz: "Nota-se uma certa irritação das atuais autoridades norte-americanas diante do que elas consideram ser uma tolerância excessiva das nações latino-americanas para com o Governo revolucionário de Cuba. O Governo Eisenhower acostumou-se demais a uma política de beira de abismo, de fatos consumados e de ações retardadas para perceber que o que a América Latina deseja é uma compreensão do processo revolucionário cubano e não seu esmagamento."

# PRESIDENTE KUBITSCHKE E O FANTASMA DA OPA

RENATO GUIMARÃES

O sr. Juscelino Kubitschke deu ao país, em sua mensagem de Ano Novo, um dos documentos mais curiosos de nossa atualidade política. A intenção do Presidente, além naturalmente de defender e justificar o seu governo, foi de impressionar sua audiência com uma exaltação dramática à necessidade de «maior compreensão e ajuda», por parte dos Estados Unidos, ao desenvolvimento do país. Na realidade, entretanto, suas palavras apenas refletiram a situação de «impasse» e desorientação em que se encontra — espremeida entre as exigências de suas ligações com o imperialismo norte-americano e a luta emancipadora de nosso povo — a ala conciliadora da burguesia brasileira, da qual o sr. Kubitschke é um dos mais expressivos porta-vozes.

Impressiona, de fato, a maneira pela qual o sr. Kubitschke reconhece a inutilidade e a esterilidade de seus «apelos amigos» à generosidade dos imperialistas yanques, que vem fazendo desde o lançamento da «OPA», há mais de dois anos. Em várias passagens de seu discurso, ele insiste em acusar a indiferença norte-americana. «Nossas repetidas advertências (aos Estados Unidos), nossa pregação constante em favor de uma efetiva união em face do perigo comum (o subdesenvolvimento) resultaram, força é dizer, quase despercebidas, não chegando a merecer uma resposta

satisfatória e válida» — diz ele, textualmente.

Ora, quando alguém não ouve o que lhe dizemos, durante dois anos, devemos desconfiar de que seja surdo, pelo menos para aquilo que queremos dizer-lhe. E nada é mais próprio à natureza do imperialismo do que ser surdo a apelos à «compreensão» e à «generosidade», principalmente quando tais apelos partem de países aos quais explora e em cuja espoliação baseia a sua força e o seu próprio nome de imperialismo. É o mesmo que esperar filantropia de um ladrão, em vez de impedir que ele roube.

O sr. Kubitschke, no entanto, não desconfia. Limita-se a reconhecer que as «advertências» e apelos milhares de vezes dirigidos por ele e seus auxiliares, quase diariamente, aos Estados Unidos, caíram no vazio. Não encontra outra perspectiva senão a de transferir para Kennedy a esperança que depositou em Eisenhower, no sentido de que «os responsáveis pela liderança ocidental compreendam que a América Latina está diante de um dilema: ou se industrializa, ou renuncia à sua sobrevivência dentro da democracia». Mas isso ele já disse, e repetiu muitas vezes, e Schmidt e Lafer disseram por ele, com o mesmo ar de chantagem e dramaticidade, e não deu resultado algum. Ainda agora, poucos dias depois do discurso do Presidente, o governo norte-americano mostrou a resposta que tem para tais «advertências», ao romper relações com Cuba e preparar publicamente uma agressão armada contra o povo cubano.

Se os Estados Unidos não ajudam no desenvolvimento do Brasil, ou de qualquer país da América Latina, isso não se deve a nenhuma «incompreensão» ou «antipatia». Trata-se simplesmente de um conflito de interesses. O próprio sr. Kubitschke, em seu discurso, encontraria elementos para compreender isso: quando se refere à «situação colonial» do país, contra a qual disse que seu governo se voltara; quando relaciona esta situação com as «fontes de miséria e de sofrimento» para o nosso povo que — ele reconhece — «não foram extintas» por seu governo; ou quando acusa que a tradição do Itamarati é «seguir passivamente as rotas traçadas por mão alheia no cenário mundial». O dono dessa «mão alheia», o beneficiário da «situação colonial» e da miséria de nosso povo é uma só e mesma entidade: o imperialismo norte-americano. E não se pode pretender que os homens de negócio de Washington e Nova York aceitem com boa vontade e ainda ajudem a extinção de suas fontes de riquezas.

Há dois anos, essas «denúncias» e chantagens do sr. Kubitschke ainda podiam ser apresentadas como atitudes «ousadas» e progressistas. Hoje, entretanto, porque o mundo andou depressa nesses dois anos, e com ele a consciência das grandes massas de nosso povo, nem isto sobra do palavreado schmidteano, adotado pelo Presidente. O caráter mistificador e reacionário da política de conciliação com o imperialismo traduzida pela «OPA» leva o sr. Kubitschke, ainda hoje, a colocar a política externa do Brasil de cócoras diante dos Estados Unidos, incluindo nosso país entre os «aliados naturais» dos militaristas de Washington e colocando-se numa posição de hostilidade ao povo cubano. Para o povo brasileiro, que hoje aprende a ver na revolução cubana a sua própria meta revolucionária, e que aspira inequivocamente a uma política externa de paz e independência, palavras como essas do sr. Kubitschke não podem senão provocar «estardalhaço» e indignação, e desmascaram o caráter reacionário das concepções políticas de mendicância internacional, a que elas se prendem.

A «OPA», hoje, não consegue por isso nem mesmo o pequeno efeito interno de simpatia popular, que obteve na época de seu lançamento. O próprio sr. Kubitschke, aliás, reconhece que, na época da revolução cubana, das espetaculares vitórias dos povos coloniais e dependentes em todo o mundo, apoiados na força invencível do mundo socialista, também o povo brasileiro está entre os povos que «já não aceitam mais as condições infimas de vida em que vegetam, pois têm consciência de que existem atualmente formas de escapar à miséria».

Estas formas são as do desenvolvimento independente da economia nacional, do governo no nacionalista e democrático, da democracia popular, do socialismo; e todas elas passam pela luta intransigente e radical contra a espoliação imperialista. Como alternativa, o sr. Kubitschke não tem a oferecer ao nosso povo senão a política do pires estendido aos que nos roubam. Não é por acaso que ele já se descreve como um líder político ameaçado de «superação» pelos acontecimentos.



## ABI FOI PEQUENA PARA A MULTIDÃO

Obteve grande êxito a conferência de Prestes na ABL, promovida por NOVOS RUMOS, sobre a recente conferência dos 81 partidos comunistas e operários realizada em Moscou. Milhares de pessoas acorreram ao ato, de tal forma que grande parte do público não pôde assistir à palestra, por se encontrar superlotado o auditório em que ela se realizava. Também sob o ponto de vista financeiro — a palestra visava ao mesmo tempo angariar fundos para NOVOS RUMOS — a iniciativa alcançou o mais completo sucesso.

Prestes foi saudado, antes de iniciar sua conferência, pelo Diretor de NOVOS RUMOS, Orlando Bonfim Jr., que agradeceu aos presen-

tes a manifestação de solidariedade que prestaram ao nosso jornal, e lembrou a passagem, naquela data — 3 de janeiro — do aniversário de Prestes, a quem ofereceu, em nome dos jornalistas de NOVOS RUMOS e de todos os comunistas brasileiros, uma corbelha de flores. Entre os presentes, convidados a participarem da mesa, destacavam-se o dr. Abel Chermont, Astrojildo Pereira, Mario Alves, o deputado José Talarico, o Barão de Itararé, diversos dirigentes de federações e sindicatos de trabalhadores, jornalistas, etc.

Falando durante cerca de uma hora, Prestes fez uma exposição detalhada das discussões e conclusões

da conferência de Moscou, mostrando os diversos pontos em que a Declaração dos partidos comunistas e operários, resultante da conferência, trouxe contribuições importantes ao acervo científico do marxismo-leninismo e à luta dos povos pela paz e pelo socialismo. Deveu-se mais particularmente no exame do caminho do povo brasileiro pelo socialismo, e concluiu com uma enérgica exortação, aplaudida de pé e calorosamente por toda a assistência, à luta de solidariedade ativa de nosso povo para com o povo cubano, ameaçado de invasão pelos exércitos do imperialismo norte-americano. Na foto aspecto da conferência.

## Vereadores querem legalidade para o P.C.B.

Macaé, dezembro (do Correspondente) — Foi aprovado por unanimidade, pela Câmara de Vereadores desta cidade, um requerimento ao presidente da República solicitando a legalidade para o Partido Comunista do Brasil. O documento, apresentado pelos edis Walter Quaresma Costa, Alcides Vieira, José Machado de Barcelos, Luís Pinheiro, Joaquim Alves do Amaral Filho, Joaquim Leão dos Santos e Roberto Mourão, afirma entre outras coisas: "A volta à legalidade do Partido Comunista do Brasil se impõe para o fortalecimento da democracia brasileira".

## Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Aos primeiros instantes de 1961 vemos que as forças reacionárias perdem terreno no Laos, enquanto na Bélgica as lutas operárias e populares ameaçam derrubar a monarquia; em Havana, o governo revolucionário pede a solidariedade dos povos do continente em face da manobra do Departamento de Estado norte-americano, desajustado de forçar o rompimento de relações dos governos de todo o "quintal" com o regime de Fidel Castro.

Pouco antes de se iniciarem os festejos da noite de São Silvestre e as animadas cerimônias pagãs do culto a Iemanjá, camisadas-azuis do antigo Clube da Lanterna, ante os olhares complacentes da polícia do governador Lacerda, fizeram uma exibição fascista, tentando invadir a Câmara Municipal.

Em Florença, às margens do velho Arno, Jânio Quadros escondese-

do mundo. Incógnito, tenta assimilar, em breve permanência turística, um pouco da civilidade florentina. Os toscanos, diz Malaparte, usam um modo de ajoelhar que é antes um estar de pé com as pernas dobradas. Os ladrões, na Toscana, não roubam galinha, diz também o autor de "Maladetti Toscani". Aos últimos instantes do ano de 1960, o presidente carismático alinhavou seu curso de emergência na Itália, manjando originalidades várias, enquanto Juscelino, aqui no Rio, corria ao rádio e à televisão, para se dirigir não exatamente aos brasileiros, mas a seus amigos norte-americanos.

JK lamentou, com humildade, a "desatenção e as demonstrações repetidas de incompreensão de Washington, em relação aos seus "únicos aliados naturais" (os latino-americanos). Pede com bons modos "reformulação dos critérios de prioridade" quanto aos empréstimos das entidades internacionais

que o governo dos Estados Unidos controla.

Em resumo, Kubitschke antevê uma "luta pelo domínio do mundo" e oferece para emprego nessa luta serviço de espionagem dos latino-americanos. Ninguém deu procuração a esse vendedor ambulante.

A solicitação humilde, em troca de um oferecimento que tem o valor de um cheque sem fundo, não deixa de pôr em relevo um descontentamento que não exclui nem mesmo colaboracionistas da espécie dos teóricos da OPA. O colonialismo, entretanto, é muito amargo. É uma pilula que ninguém consegue dourar. Os fatos estão demonstrando que ninguém pode frear a luta dos povos subdesenvolvidos, luta que se entrelaça, num mesmo processo, com a marcha vitoriosa para o socialismo. Êxitos decisivos, nesse terreno, serão sem dúvida alcançados em 1961.

SUPREMO CONTRA A LEI DE SEGURANÇA

# Jofre Correia Sai da Cadeia Para os Braços Dos Camponeses

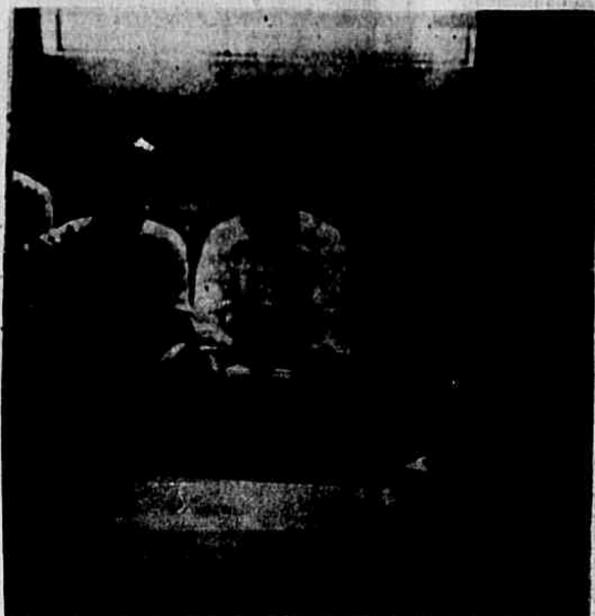
Graças a um poderoso movimento de solidariedade empreendido principalmente pela classe operária, Jofre Correia Neto, líder camponês, foi restituído à liberdade. A decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada por unanimidade, reconhece assim a legitimidade da posição adotada por Jofre na defesa de centenas de trabalhadores

agrícolas espoliados pelo latifundiário Zico Diniz, correligionário do sr. Carvalho Pinto. Incurso na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal, por um juiz faccioso, Jofre Correia Neto volta à liberdade com a derrota do estatuto fascista e a afirmação da supremacia dos princípios democráticos inscritos na Constituição da República.

Não sendo extensiva aos seus companheiros Arlindo Quizon e Olímpio Pereira Machado, ainda presos, a decisão daquela alta corte indica que ambos serão também libertados logo que ali sejam julgados, porquanto, embora respondendo a processos distintos, são eles acusados das práticas que, à luz da última decisão do Supremo Tribunal, não constituem crime. Nos meios operários de São Paulo, com o concurso entusiástico de Jofre, já se inicia um movimento no sentido de libertar Quizon e Olímpio, enquanto estão em andamento as medidas judiciais competentes.

Ele almoçou esta semana e de perto viu o carinho que o cerca nos setores sindicais. Jofre, com modestia, mas com visíveis traços de emoção na fisionomia, vai abraçando a uns e a outros, transferindo para cada um que encontra uma parte da vitória que não considera sua — faz questão de acentuar — mas dos trabalhadores organizados da cidade e do interior.

Na rua, populares logo o reconhecem e o cumprimentam. Barbuço, sempre sorridente, de botas de cano alto, culote e camisa com mangas compridas, Jofre Correia Neto, por intermédio de NOVOS RUMOS, envia a todos aqueles que contribuíram para a sua volta à liberdade, uma saudação calorosa de Ano Novo, os seus agradecimentos em nome, principalmente, dos que na região em que habita (Sta. Fé do Sul) prosseguem a luta contra os rigores do regime latifundista. Particularmente aos operários e estudantes de todo o país, que em congressos, assembleias e outras reuniões, reclamaram justiça para a sua causa, Jofre Correia Neto, pelas colunas de NR envia um grande abraço, um abraço fraternal com a reafirmação de suas posições em defesa da liberdade para os homens do campo. Finalmente, Jofre a todos pede que trabalhem pela absolvição de Quizon e Olímpio e manifestem sempre, em todas as oportunidades, apoio à revolução cubana. «dos barbudos de lá»...



Ainda em Miramel, na prisão, Jofre agradece a solidariedade operária de que foi alvo. Na foto, o líder camponês aparece em companhia dos dirigentes sindicais Antônio Chamorro (à esquerda) e José Flores Navarro (marcoeiros)

### Histórico

O caso de Jofre e seus companheiros é um aspecto da grande luta do povo brasileiro contra o latifúndio, a negra miséria do campo, a vida sem perspectivas dos milhões de homens, mulheres e crianças que, no interior de nosso país, vegetam na mais iníqua e inaceitável condição social.

Tudo começou quando 1.200 famílias estabeleceram com o latifundiário Zico Diniz um contrato verbal de arrendamento e parceria, em 1958, para o cultivo de cerca de 4 mil alqueires de terra. Por três anos, conforme o acordo, os camponeses cumpriram o contrato acertado. Em 1959, Zico Diniz, depois de haver auferido espantosos lucros com o trabalho daquelas famílias, decidiu expulsá-las da terra. Determinou, então, que empreiteiros seus, muitos deles tipos facinorosos, plantassem capim colonião nas suas terras, destruindo as plantações de cereais nelas existentes, surgidas do esforço dos arrendatários. Nesse mesmo ano, uma comissão estava em organização no município de Santa Fé do Sul para fundar a Associação de Trabalhadores Agrícolas. A essa comissão as famílias camponesas entregaram o caso. Jofre Correia Neto e seus companheiros de Comissão tomaram as primeiras providências junto ao Promotor Público de Jales (a cuja comarca pertence Sta. Fé do Sul). Esse entendeu-se com o Juiz de Direito que lhe adiantou nada poder fazer, aconselhando-o ainda a deixar de lado a questão. Inconformado, o promotor promoveu uma reunião dos interessados, cujos resultados foram nulos em face da ausência de representantes do sr. Zico Diniz ou do próprio latifundiário. Outros encontros foram tentados, infrutiferamente. O promotor, em seguida, deixou o cargo e montou banca de advogado na cidade. O movimento de massas, no campo, prosseguiu. Os lavradores, resistindo a Zico Diniz, recusavam-se ao plantio do capim e por isso eram vítimas das mais violentas medidas. Os empreiteiros, armados, invadiam as terras, incendiavam choupanas, espancavam mulheres e crianças. O movimento de solidariedade, fora do âmbito de Sta. Fé, estava ainda fraco. Os camponeses foram forçados a plantar capim, a fim de que os homens de Zico Diniz não o fizessem pela violência, com maiores prejuízos para todos. Essa decisão foi levada ao conhecimento da população, com uma passeata pelas ruas centrais da cidade.

### Violências contra Jofre

Simultaneamente, violências foram desencadeadas contra Jofre. Primeiro, baleado em duas partes do corpo pelos capangas de Zico Diniz, foi levado ao Hospital das Clínicas onde esteve internado. Depois, preso, processado, condenado inicialmente a três anos, pelo Juiz de Direito, e finalmente absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

### Firmeza

Durante todo o período de luta, que antecedeu à sua prisão e posteriormente, Jofre Correia Neto, cognominado por alguns órgãos da imprensa paulista o "Fidel Castro do Sertão", manteve-se firme, revelando aguda compreensão dos problemas que sempre envolvem um preso político e confiante na solidariedade ativa dos trabalhadores agrícolas e do operariado de São Paulo e do país.

### Em São Paulo

É natural que Jofre Correia Neto merecesse dos meios operários de São Paulo a acolhida carinhosa que vem recebendo. A reportagem de NOVOS RUMOS com



### Visita de Natal

No cárcere, Jofre Correia Neto recebeu inúmeras visitas de solidariedade. Na foto, durante o Natal, recebe os líderes camponeses Olímpio Pereira Machado e Arlindo Chiesini e suas mulheres, e o vereador João Louzada

## ASSINATURAS

"China Ilustrada" para 1961

Assinatura anual (12 números)	330,00
Assinatura semestral (6 números)	170,00
Número avulso	30,00

Concedemos 30% de comissão aos agenciadores de assinaturas dessa revista.

Faça seu pedido enviando o valor correspondente à assinatura em cheque ou vale postal para

Editorial Vitória Ltda.  
Caixa Postal 165 / Tel. 22-1613  
Rio de Janeiro / E. Guanabara

### Solidariedade dos operários

### IRMA DE PAULA

No dia 21 de dezembro de 1960 no Hospital das Clínicas em S. Paulo, faleceu a dedicada militante comunista Irma de Paula Nepomuceno (Marina ou Angela, seus nomes de guerra) que desde a idade de 10 anos colocou-se ao lado da luta da classe operária e de todo o povo brasileiro por melhores dias e nesta luta dedicou todo o ardor de sua juventude. Em todas as campanhas políticas Irma sempre participou com destaque, muitas vezes enfrentando com coragem as prisões, maltratos e vexames por parte da polícia política. A tudo resistiu e defendeu-se com sobriedade. Grande também foi a sua contribuição ao movimento juvenil e sindical em vários municípios do Estado do Rio.

Deixou 2 filhos menores, Wladimir e Alexandre.  
A camarada Irma no nosso peito de saudade, em nome dos comunistas fluminenses.  
CLAUDINO JOSÉ DA SILVA

### Boas Festas e Feliz Ano Novo

Ào ensejo do início do novo ano de 1961, NOVOS RUMOS recebeu votos de congratulações e cumprimentos das pessoas e entidades abaixo relacionadas, às quais envia seus agradecimentos, ao mesmo tempo em que lhes formula seus sinceros desejos de que esse ano seja de felicidades, alegria e paz.

José Gusmão Andrade, Hermínio Moreira, Roberto Drehmer, Serafim Viegas e Pedro Barcelos (Pórtio Alegre), Frente Nacionalista de Servidores Públicos Federais e Autárquicos (Rio), Romário B. Araújo (Mesquita, E. do Rio), Associação dos Diplomados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Pragopress (Praga), "Problemas da Paz e do Socialismo" (Praga), Francisco Braga (Rio Grande), Hiram de Lima Pereira e família (Recife), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Rio), "Sempre Alerta" (Natal), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidroelétrica de Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, Três Rios e Magé (Niterói), "O Movimento Sindical Mundial", João Alfredo Dias (Sapé, Paraíba), Monika Mirabel, Adido Cultural da Legação da Polónia, Editorial Vitória, Embaixada da República Socialista da Tchecoslováquia, Centro dos Cronistas e Esportistas do Turfe (Rio), Olívia Calabria (Rio) e Distribuidora de Publicações Souza S. A. (Salvador).

### NR no Estado do Rio

### Não são comunistas

Recebemos, com pedido de publicação, a seguinte nota: "Os comunistas do Amazonas, reunidos em Conferência Estadual no dia 26 de junho de 1960, estudando a situação dos Srs. Cid Cabral da Silva e Lieurgo de Souza Cavalcante, concluíram — por unanimidade — dar a presente Nota, para advertir ao povo que os referidos indivíduos não pertencem ao movimento comunista."

### NR no Amazonas

### Contra a remessa de lucros e anistia aos presos políticos

Duque de Caxias, dezembro (do Correspondente) — A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, resolução pedindo o envio de um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, protestando contra a remessa de lucros para o Exterior. O requerimento foi apresentado pelos vereadores Elias Lazarone, Pedro Bianco, Carlos Lopes, Manoel Marins, José Domingos-Santana, José Pereira Nunes, Luiz Braz de Luna, Oscar Dias de Oliveira, Alaide Cunha, Thomé Siqueira Barreto, José Honório da Silva, Sabino Andrade e José Barreto.

Assinado pelos mesmos edis, foi apresentado e também aprovado por unanimidade, requerimento solicitando um voto de apoio ao projeto do deputado Sérgio Magalhães, concedendo anistia a todos os presos e processados políticos.



### BRASILEIROS FORAM VER CUBA

Para participar das comemorações do segundo aniversário da Revolução Cubana, partiram para Havana, como convidados do Governo cubano, várias personalidades brasileiras, inclusive os deputados federais Josué de Castro, Domingos Velasco e Almino Afonso, os deputados estaduais Hernani Maia (Minas Gerais), Sinval Girazzelli (Rio Grande do Sul) e Paulo Queirós (Pernambuco), os líderes estudantistas Oliveiros Guanais (presidente da UNE), Branquinho Maracujá (presidente da UEE de São Paulo), Amilton Silva (UEE da Paraíba), Olinto Meireles (UEE de Goiás), os diri-

gentes sindicais José Bastos (metalúrgicos de São Paulo), Luis Tenório de Lima (federação dos trabalhadores em alimentação), José Xavier (construção civil de São Paulo), Sebastião Luís (Federação dos Marítimos), Brito Vaz Coelho (metalúrgicos do Rio) e o líder camponês de Formoso, Goiás, José Porfírio. Também na delegação seguiu nosso companheiro de NR, Almir Mattos, que aproveitará sua viagem a Cuba para estudar a situação política, econômica e social do país e a obra da revolução. Na foto, um grupo dos delegados que seguiram para Cuba.

### Oferta de Janeiro

oportunidade excepcional!  
Neste mês, dentro de nossa campanha de assinaturas da revista CHINA ILUSTRADA oferecemos:  
ASSINATURA ANUAL apenas Cr\$ 330,00  
ASSINATURA SEMESTRAL " 170,00  
e mais: Todos novos assinantes para 1961 receberão um belíssimo CALENDÁRIO-1961 e um valioso livro, ambos originais da CHINA!  
Aproveite nossa oferta e faça seu pedido, acompanhado de cheque ou vale postal a:  
Jurandir Guimarães  
Agência Intercâmbio Cultural  
Rua dos Estudantes, 84 sala 28  
Telefone: 37-4983 — São Paulo

### Revistas Soviéticas

Assinatura anual — Via Aérea	Cr\$
UNION SOVIÉTICA. Mensal-Ilustrada. Economia, ciência, técnica, cultura, arte e esportes. Lida em mais de cem países	500,00
LA MUJER SOVIÉTICA. Mensal. Vida Social e familiar. Modas, educação infantil, contos e novelas, arte, costura, etc.	400,00
TIEMPOS NUEVOS. Semanário. Informações sobre os acontecimentos de todo o mundo. Charges. Lida em 82 países	400,00
CULTURA Y VIDA. Mensal. Ciência e Técnica. Arte e Literatura. Publica polémicas e controvérsias que se dão na URSS	300,00
LITERATURA SOVIÉTICA. Mensal. Órgão da União dos Escritores Soviéticos. Crítica literária. Respostas a leitores	300,00
FILMS SOVIÉTICOS. Mensal. Novas Produções. Planos artísticos, resumos de films. Retratos para galerias de fans	500,00

Estas revistas aparecem em espanhol, francês, inglês, alemão, russo e numerosos outros idiomas.

Pedidos acompanhados de cheque ou vale postal à:  
Jurandir Guimarães  
Agência Intercâmbio Cultural  
Rua dos Estudantes, 84 — sala 28  
Telefone: 37-4983 — São Paulo

Temos livros soviéticos sobre economia, filosofia, história, medicina, psicologia, educação, direito, técnica, política, etc. Atendemos pelo Reembolso Postal. Demonstrações em residências e escritórios, na capital de S. Paulo

### NOVOS RUMOS

Diretor Mário Alves	
Diretor Executivo Orlando Bomfim Júnior	
Redator Chefe Fragmon Borges	
Secretário Luiz Fernando Cardoso	
Gerente Gutierrez Cavalcanti	
Redatores	
Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto	
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344	
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 8º andar — s/827	
Tel: 37-52 64	
Enderço telegráfico — "NOVOS RUMOS" ASSINATURAS	
Anual	Cr\$ 500,00
Semestral	" 250,00
Trimestral	" 130,00
Aérea anual, mais	" 200,00
Aérea semestral, mais	" 100,00
Aérea trimestral, mais	" 50,00
Número avulso	" 10,00
Número atrasado	" 16,00

Tópicos Típicos

Não é a primeira vez que nós registamos aqui, nesta coluna, uma provocação antimarxista de baixo nível encampada pela "Resenha Bibliográfica" do O ESTADO DE SÃO PAULO. De uma feita, foi um comentário...

A "História da Idade Média" de Kosminsky, lançada pela Editorial Vitória, em tradução do prof. Paschoal Leme, é um compêndio elaborado para o uso dos estudantes gineasianos na União Soviética e não tem pretensões a tratado ou estudo em profundidade do tema que versa.

O sr. Ruy Nunes não deve ter lido "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" ou "As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850", estudos históricos em que Marx demonstra na prática a eficácia do método que formulou...

Referindo-se ao livro de Kosminsky, diz o sr. Ruy Nunes, lá pelas tantas: "a obra é falha e maliciosamente deformadora da realidade histórica. Não admira que uma tal História da Idade Média seja o que é, uma vez que seu autor é marxista".

E o caso de perguntar: isto é crítica ou exibição de preguiça mental? Além dos manuais explicativos do penabotismo, que outros textos terá lido sr. Nunes sobre o materialismo histórico?

"O marxismo é a História mesma tomando consciência de si", reconhece Sartre. Ao fazer dele um economicismo, um materialismo mecanicista (negando-se a encarnar-lhe o caráter dialético), o "crítico" sr. Nunes dá a impressão de não saber o que pensava ou, até, quem era Karl Marx.

Quem sabe o sr. Nunes confundiu Marx com Papai Noel? Afinal, os dois são barbados e, nas comemorações de Natal, há quem se exceda no uisque...

Pedro Severino

FELIZ ANO NOVO!

Seja esta, meus amigos leitores de NOVOS RUMOS, uma crônica-mensagem de votos de feliz Ano Novo. Trezentos e sessenta e cinco dias se passaram, nos quais lutamos tremendamente: lutamos para comer, andar, viver, pensar, sentir. Lutamos pelos nossos direitos de seres livres, lutamos pela dignidade de nossa condição de homens.

Feliz Ano Novo para vocês todos, para todos nós. É um ano novo, será dúvida, pois que já estamos com novas folhinhas, acabaram as que marcaram os dias do ano velho. E como sabemos que toda a felicidade e toda a alegria só podem ser conquistadas pela nossa própria luta, vamos ter a certeza de que 1961 nos trará um ano melhor que 60.

Desejemos Paz para o mundo; não essa paz mentirosa que não vê que as guerras continuam, que na Argélia são fuzilados homens que lutam pela libertação da pátria, não essa paz tão frágil que a ameaça da guerra não consegue despartir da face do mundo. Desejemos uma Paz verdadeira, forte, segura, para que tenhamos alegria em viver, trabalhar e construir.

Desejemos um 1961 melhor para o nosso país. Com salários que permitam aos que trabalham um pouco mais de conforto; com escolas para as milhares de crianças que crescem no analfabetismo; lutemos para que nossas crianças possam viver em saúde e alegria.

Sabemos bem que desejar não basta. Conquistar o que desejamos é tornar mais forte nossas condições de homens em luta. Por isso mesmo eu desejo a vocês, meus companheiros, meus irmãos, meus amigos, um ano de 1961 que, sendo de lutas pelas nossas reivindicações, seja de alegria pelas nossas conquistas.

Um Ano Novo que seja bom para o nosso povo tão espoliado e tão sofrido; para os caboclos da Amazônia, para os paus-de-arara do Nordeste, para os homens do Sul e do Centro, para todos aqueles que constroem nosso país sem espalhamento e em silêncio, muitos ainda inconscientes da grande tarefa histórica que o destino lhes reserva. Para todos eles, para esse querido e sofrido povo brasileiro, mando daqui este voto de Feliz Ano Novo.

Feliz Ano Novo para as mulheres do Brasil e do mundo; para aquelas que nos países socialistas constroem o mundo novo, para aquelas que nos países capitalistas sofrem os jugos da opressão e da exploração.

Feliz Ano Novo para vocês, meus companheiros de NOVOS RUMOS.

Meu pai dizia sempre: "é para frente que se anda". Andemos para frente mesmo que nossa caminhada seja difícil. Para frente neste Ano Novo.

Teudo

Notas Sobre Livros

Ao chegar à última página do livro de Alvaro Lins - Missão em Portugal, e foram mais de quinhentas páginas devoradas em dois dias, uma caracterização de ordem geral acudiu-me desde logo - a de que este não é apenas um livro de escritor em plenitude, amadurecido no ofício, mas livro por igual de um homem político também em plenitude. Isto é, com envergadura de estadista. Suas qualidades literárias não surpreendem a ninguém, nem se poderá esperar outra coisa de um autor da categoria de Alvaro Lins; a surpresa aqui é produzida pelo que há de fundamental na obra - sua intrínseca virtualidade política.

Na primeira parte do volume - "Diário de uma experiência diplomática" - está a história viva, dramaticamente vivida nos meses de janeiro-fevereiro de 1959, do caso, que tamanha repercussão viria a ter, do asilo concedido pela Embaixada Brasileira em Lisboa ao General Humberto Delgado, perseguido político do fascismo salazarista.

O Embaixador Alvaro Lins soube conduzir-se, na emergência, como um diplomata de classe, firme e intransigente na sustentação do Instituto de Asilo como um princípio, portanto como um direito líquido da Embaixada, mas ao mesmo tempo com equilíbrio e espírito amistoso no processamento das negociações, que entabulou com a Chancelaria Portuguesa, para a solução concreta do caso.

O registro diário da evolução do "caso" - realização literária de primeira ordem, inclusive pelas digressões e reflexões laterais - constitui um documentário do mais alto valor político, permitindo-nos avaliar em profundidade certos aspectos da máquina de opressão e mentira montada em Portugal; há mais de trinta anos, pelo torvo jesuíta Salazar. Quanto ao jogo diplomático propriamente dito, disputado no palco ou nos bastidores, e em que não raro o drama e a comédia se chocam em lances simultâneos, a posição e o comportamento do Embaixador brasileiro denotam sempre absoluta superioridade em face da estúpida obstinação, da tóla arrogância e das mesquinhas manobras com que agem os píffios paus-mandados da diplomacia salazarista.

De início Alvaro Lins propôs ao Ministro de Estrangeiros uma solução simples, rápida, sem ruído nem complicações: o Embaixador poria o asilado dentro de um avião com destino ao Rio de Janeiro - e no dia seguinte o General Delgado estaria no Brasil. Solução de amigos, tudo limpo, correto, sem diminuição para ninguém. Mas Salazar não seria Salazar se a sua diplomacia se mostrasse propensa a semelhantes atitudes de compreensão democrática e mútua cordialidade. E então, em obediência às ordens do ano, o Ministro de Estrangeiros empacou: não havia perseguição, logo não havia o que assilar. Esquecia-se o Ministro português que nessa questão de perseguições o que vale não é a palavra do perseguidor e sim a do perseguido. Demais disso, é óbvio que ninguém de bom-senso e com senso de responsabilidade se deixaria levar por mera negativa oficial, feita da boca para fora, e feita em país dominado por um governo de terror fascista.

Alvaro Lins não cedeu às imposturas do salazarismo, nem viria a ceder aos seus ódios e mesquinhas, que se aguçariam de mais em mais, com a utilização inclusive da polícia política a cercar ostensivamente os edifícios da nossa representação diplomática em Lisboa.

Tudo isso é relatado, ponto por ponto, nas páginas de Missão em Portugal. Mas o autor não se limita ao simples relato, seco e isolado, dos fatos diretamente relacionados com o caso do asilo; vai além e estabelece o necessário nexo político entre tais fatos e o complexo da situação portuguesa no interior e no exterior. Isto precisamente é que confere maior importância ao livro, que assim transcende o próprio motivo do conflito diplomático - o "caso" do asilo do General Delgado - para assumir uma funcionalidade mais alta: a de um verdadeiro "processo político" do regime salazarista, com a denúncia das forças estranhas que o sustentam ainda hoje.

Veremos isso em nota posterior.

Astrojildo Pereira

"Missão em Portugal"

DOLCÍDIO JURANDIR

Sempre pensei, e isto ainda no Pará, já faz uns vinte anos, que Portugal vem sendo governado precisamente por meia dúzia de personagens do Eça, alguns tipos da caricatura de Ramalho e Fialho de Almeida. Vingaram-se dos seus criadores, ocupando o país, menos grotescos que sinistros.

Agora, com a leitura de «Missão em Portugal», de Alvaro Lins, confirmou-se o meu modesto pensar sobre os pequenos homens que governam Portugal. O retrato de Marcelo Matias, por exemplo, de corpo inteiro, numa precisão magistral. As figuras sucedem-se, pacheicais, sempre a discorrer «sobre as baixezas da Oposição e as excelências do Governo». E aquele que, sem estar em pessoa ao longo do livro, é carne e osso no Ministério do Exterior, invariável em cada

figuração, em cada diplomata português de tação alto, em cada boneco salazarista. O «pequeno ditador» aparece sempre miúdo, atrás, sempre atrás, mas aparece, com seu perfil de pulga ubíqua, a flor de sua ditadura, como num caldo podre. A documentação do livro, a paixão da verdade e da responsabilidade, o poder do estilo, fazem de «Missão de Portugal» uma obra clássica na história da nossa diplomacia e da nossa literatura.

E penso que o Itamarati se realdiário, naquele «prelúdio sentimental, mas não muito, em tom menor» que abre o livro e nos dá uma lição de como combater a tollice e o nosso enobismo alvar!

E penso que o Itamarati se reabilidou neste livro. Nós, anônimos pedestres crioulos, que nunca pusemos o pé naquela aristocracia e que sempre assobiamos os seus empaçados arianetes, galãs de riscado e cartola, unicamente do coquetel e boas linguas, começamos a respeitar aquela torre dita de marfim, pelo fato de um simples escritor, de repente embaixador, sacudir da poeira e do mófo aquela tapeçaria, aquelas porcelanas. De repente, o Itamarati se engrandece. Já não é mais um sr. Lafer numa triste vergonha ao pé do bravo barbudo cubano ou se cobrindo de opróbrio diante da questão argelina. Um homem, desta rasa planície literária, escalou a colina em flor e dá aquele lago com cisnes uma austeridade, uma decência, uma razão e um calor brasileiro, de que ficamos agradecidos. Até que enfim um diplomata no Itamarati? Até que enfim, em Portugal, um embaixador do Brasil? Dá-se um equívoco, nomeia-se o sr. Alvaro Lins, embaixador do Brasil em Portugal e eis que aquela Embaixada é que é, num grande momento, o nosso Ministério das Relações Exteriores? Já alguém falou que «Missão em Portugal» deve ser adotado nos cursos do Instituto Rio Branco. Os nossos jovens diplomatas, hoje mais que nunca, tocados pela rápida e transfiguradora realidade do mundo, muito terão a ganhar lendo o livro de um mestre.

Mas não quero ser tão injusto com aqueles personagens de Eça, Ramalho e Fialho que encareceram Portugal. Eles não estão só na «comunidade luso-brasileira». Também espalhados ao som da valsa e na moda do chapéu Gelot, temos os nossos tipos, os nossos Dámasos, tão bem retratados em «Missão em Portugal». Lá, os figurões estão sinistros, aqui grotescos. Lá, sucede o drama, é o povo, a cultura, a dignidade portuguesa, numa «ela. Aqui é a comédia, a coisa bufa, o balé em torno dos cisnes, das comendas e das missas. «Missão em Portugal» aponta meia-dúzia de figurões locais que dão o máximo em mediocridade e pantomima à frente do Poder Público. Como tudo

que pensávamos digno, é píffio, como tudo que acreditávamos legal, é imoral e iníquo!

Um livro em que está muito da nossa revolta, da nossa sede de mudar, do nosso brio e da nossa con-

fiança no Brasil. E sei que o povo português amará esse livro em seu coração pelo grande bem que lhe faz, a ele e ao nosso povo, sempre muito irmãos, não obstante Salazar e Negrão.



Diplomas de Língua Russa

Em dezembro último, o Curso de Língua Russa do Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS (rua México, 119, s/1506), encerrou o terceiro ano de suas atividades, depois de realizar - talvez pela primeira vez no Brasil - provas orais e escritas de fim de ano, a que se submeteram 35 alunos das 7 turmas do Curso.

No ano findo, 248 pessoas matricularam-se nas diversas turmas. O Curso recebeu bolsistas do Departamento Técnico Profissional da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Estado da Guanabara e está em condições de fornecer diplomas aos alunos que

completarem com aproveitamento o Curso Básico de 2 anos, ou o intensivo, de 1 ano.

Em novembro, começou a funcionar a sucursal em Niterói.

Na festa de encerramento do ano letivo foram distribuídos prêmios aos alunos que obtiveram distinção nas provas: sr. Alberto Puntel, aluno de d. Maria Rosenmayer; sr. José Ribeiro Filho, aluno de d. Rachel Faingold; e srs. Leão Lauksznjer e Jefferson Barata, alunos de d. Lúcia Brandão.

No ano corrente, a Comissão do Curso pretende dar início a um Curso de Língua Russa por correspondência.

Já está nas livrarias:

BRASIL SÉCULO XX

Rui Facó

...um livro já agora indispensável a leitores brasileiros e estrangeiros que desejam adquirir um conhecimento panorâmico exato, traçada com a melhor orientação científica, do Brasil e das lutas do povo brasileiro no século presente.

(de Astrojildo Pereira)

Preço Cr\$ 350,00

Pedidos pelo reembolso para

Editorial Vitória Ltda.

Caixa Postal, 165 / Tel. 22-1613 Rio de Janeiro / E. da Guanabara

Maíques de Sá na Petite Galerie

Inaugurada a 22 de dezembro, encontra-se aberta até o dia 10 do corrente a Exposição de Pintura de Douglas Marques de Sá, na Petite Galerie, na Praça General Osório, em Ipanema.

O pintor paulista apresenta nessa mostra os resultados de suas últimas variações em torno do tema da natureza-morta, em que se têm centralizado os seus estudos nos últimos anos. Artista que se camera progressivamente, revela nos quarenta e dois quadros da exposição o alto grau no domínio da cor, a caracterização perfeita de um estilo maduro e definido. Na foto, um de seus trabalhos.

Intelectuais brasileiros defendem Siqueiros

"vimos trazer de público o nosso mais veemente protesto contra mais um crime praticado em relação à Arte e à liberdade de pensamento, na pessoa de um dos mais geniais artistas de nossa época - David Alfaro Siqueiros (...). Em nome das liberdades democráticas, da dignidade humana (...) queremos deixar patentada a nossa solene repulsa por esse ato..."

Dezenas de intelectuais paraibanos assinaram, seguindo a iniciativa do pessoal da Escola de Artes Plásticas Tomás Santa Rosa, um manifesto (do qual extraímos os trechos acima) de solidariedade a Siqueiros, pintor que, por sua participação ativa, como membro do Comitê Central do Partido Comunista Mexicano, nas lutas de seu povo, está encarcerado há cinco meses.



Formatura de Nova Turma do ISEB

Dia 15 de dezembro realizou-se no auditório do Clube Militar a cerimônia de entrega dos diplomas dos formandos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do ano de 60. A cerimônia teve início com algumas palavras do diretor do ISEB. Falou em seguida o orador da turma, que proferiu um discurso

no qual defendeu o conteúdo nacionalista e progressista do ensino que recebeu no Instituto. Depois da entrega dos diplomas, o parainfo da turma, deputado Sérgio Magalhães, agradeceu a escolha do seu nome e reafirmou a justiça da posição nacionalista de defesa dos interesses nacionais. Posteriormente

a viúva do político trabalhista Alberto Pasqualini, presente à cerimônia, agradeceu a escolha do nome de seu falecido esposo para patrono da turma que se formava. A cerimônia foi encerrada com palavras do ministro da Educação, sr. Clóvis Salgado. Na foto, aspecto da mesa.

OTÁVIO C. BULHÕES E AMOR DA TELEFONICA...

# Comissão de Lacerda Pedirá Para a CTB Mais Dinheiro do Povo

Anunciou o sr. Carlos Lacerda, em entrevista concedida a 26 de mês passado, que dentro de trinta dias seriam divulgados os primeiros resultados dos trabalhos da comissão por ele designada para investigar a situação na Companhia Telefônica. Pela composição da comissão, pelos objetivos que lhe foram traçados ao ser constituída, pela composição de forças políticas de onde saiu (a não podia deixar de sair dados as circunstâncias que precederam sua criação), será surpreendente que os resultados da «investigação» contrariem os interesses da CTB. Efectivamente, entre os nomes indicados pelo sr. Carlos Lacerda para a sua comissão figuram os dos srs. Demóstenes Madureira de Pinho, apontado como advogado do Grupo Light e o sr. Otávio Correia Bulhões, um dos mais arduos advogados do capital estrangeiro no Brasil. Ambos esses cavalheiros integram uma outra comissão, formada há cerca de três anos pelo sr. Juscelino Kubitschek, para estudar exatamente o problema dos telefones no Brasil.

## As conclusões de ontem

O relatório elaborado pela Comissão criada por JK é uma defesa aberta das pretensões da Companhia Telefônica Brasileira. Lá se encontram, defendidas com todos os «argumentos» possíveis, as seguintes teses: 1) as tarifas de serviços públicos (inclusive telefones) são demasiado baixas no Brasil; 2) deve ser afastado o princípio universalmente consagrado da prestação de serviços públicos pelo preço de custo; 3) a Companhia Telefônica Brasileira não tem recursos para atender à ampliação dos serviços; 4) em consequência, os recursos para ampliação dos serviços devem sair... não da concessionária, mas do próprio público, São todas, como se vê, teses da Companhia Telefônica, apregoadas por seus advogados e divulgadas em letra de fôrma nas matérias pagas publicadas nos jornais.

## Desplante

A respeito da questão nevrálgica dos recursos para a expansão dos serviços telefônicos, o relatório que focalizamos chega às raízes das defascatex. Assim, lá encontramos, textualmente, o seguinte:

«Entretanto, o grande problema é outro. Como poderá a CTB financiar a expansão dos serviços? Para atender à demanda ela planeja a instalação de 400 mil linhas novas que, atualmente, (isto é, em 1959) está orçada em cerca de 16 bilhões de cruzeiros. Como o plano de investimento é de 6 anos, conclui-se haver necessidade de, em média, 2,7 bilhões de cruzeiros por ano. E conclui com esta pergunta — que caberia ser feita pela CTB, ou quando muito, pelo Poder Público antes de lhe dar ou de renovar-lhe a concessão, mas nunca por uma comissão oficial constituída para indicar solução para o problema —: «De onde poderá a CTB retirar essa vultosa importância?»

Dessa maneira, o Poder Público, além de dar a concessão para exploração do serviço também cuida de fornecer os recursos para o concessionário... E o fim.

## O problema crucial

De fato, o principal problema dos serviços telefônicos no Brasil reside, no momento, na obtenção de recursos para custear a ampliação de tais serviços. Surge, entretanto, uma indagação: por que deve o governo decretar a canalização de recursos públicos para uma companhia particular e, ainda mais, uma companhia estrangeira? Em ambos os casos trata-se de um absurdo, tanto maior se se atentar para o fato de que os recursos assim postos à disposição da CTB iriam, no melhor dos casos gerar maiores lucros para a empresa imperialista, que os remetaria para sua matriz no estrangeiro.

E' evidente, portanto, que o levantamento de recursos públicos para a ampliação dos serviços telefônicos só poderá ter um destino legítimo: serviços dirigidos pelo próprio Estado.

De outro lado, nada autoriza chegar-se à conclusão a que chegou a comissão de que faziam parte os mesmos srs. Madureira de Pinho e Otávio Bulhões, agora aproveitados pelo sr. Lacerda. De acordo com esses senhores, como vimos, a CTB não teria recursos para enfrentar o problema da expansão dos serviços. Será isso verdade? De acordo com dados contidos no relatório de que tratamos, a Companhia Telefônica Brasileira teve em 1956, um lucro de 454 milhões de cruzeiros. Já um ano depois — ainda de acordo com o relatório — graças a um «pequeno

aumento» de tarifas pósto em vigor em março de 1957, o lucro da CTB subiu para 838 milhões de cruzeiros, isto é, quase duplicou. De então para cá, outros aumentos foram decretados, o último dos quais em junho último, que elevou consideravelmente as tarifas telefônicas. Por que, então, a CTB não emprega esses recursos na expansão dos serviços? E' evidente que os está utilizando para remeter lucros.

## Inadimplência da CTB

Ainda admitindo, por absurda hipótese, que vingasse a tese do autofinanciamento, não há ninguém capaz de garantir que a CTB utilizasse os recursos assim obtidos para atender aos 400 mil pretendentes a telefones, que mafam nas filas alguns até há quase vinte anos, no Rio e em S. Paulo. Pois é exatamente isso o que mostra a conduta da CTB, no passado, em relação aos compromissos assumidos com o Poder Público. Assim, no acordo firmado com a então Prefeitura do Distrito Federal (o prefeito era o sr. Mendes de Moraes), a 30 de julho de 1948, havia uma cláusula, a IV, estabelecendo o seguinte: quatro anos depois do aval do Tesouro Nacional ao empréstimo concedido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento a Brazilian Tracção, a Companhia Telefônica Brasileira deveria ter atendido a todos os pedidos de aparelhos, que aquela época subiam a 59.800 sendo que 28.800 telefones deveriam ser instalados até julho de 1949, isto é, um ano depois. Na verdade, a CTB jamais cumpriu com este compromisso. O que houve, porém, foi o oposto: a lista de pretendentes não cessou de crescer e hoje são cerca de 200 mil pessoas, na Guanabara, que desejam um telefone, mas aos quais a CTB se recusa a atender.

E nada aconteceu à empresa imperialista por tão grosseira violação do contrato assinado com o governo do Estado.

## A lenda da eficiência

Outra alegação habitualmente apresentada pelos advogados (encobertos ou encapuçados) da CTB consiste em afirmar que não temos capacidade técnica para gerir serviço tão complexo, como o telefônico. As numerosas pequenas empresas privadas brasileiras que já existem em várias cidades do interior são um desmentido a essa alegação. Também a desmente o fato de manter o Departamento dos Correios e Telégrafos uma rede telefônica oficial, que nada fica a dever tecnicamente à CTB.

Em contrapartida, convém não esquecer que a decaída eficiência desses concessionários estrangeiros — seja por este ou aquele motivo — deu por terra, em quase todas as capitais do país. Basta citar dois exemplos fora da área Rio-São Paulo: Salvador e Recife. Em cada uma dessas capitais,

cujos serviços telefônicos são monopólio da Bond & Share, não há mais que 10 ou 11 mil aparelhos. A população de Salvador eleva-se a mais de 600 mil habitantes e a de Recife a perto de 800 mil. Em Salvador, para cada 100 habitantes há 1,66 telefones; em Recife, ainda menos, 1,25 telefones (Buenos Aires apresenta o índice de 17 aparelhos por 100 habitantes; Roma, o de 21 por 100; Paris, de 28,8 por 100, etc.). E há, ainda, outro aspecto: tanto em Recife, como em Salvador, apesar de existirem materialmente aparelhos telefônicos, seu funcionamento é problemático. E' comum ficarem os assinantes dias e dias com o aparelho emudecido, completamente inútil. Onde, pois, a eficiência dos tristes estrangeiros?

## Uma solução

Não será, certamente, apenas pelo fato de vir a CTB realizando intensa campanha, através de impressos e de contactos pessoais, contra o projeto

Lycio Hauer, que este constitui a solução para o problema dos telefones. De fato, o projeto Lycio Hauer prevendo todos os aspectos da complexa questão — desde os relacionados com a segurança nacional, com a fabricação de equipamentos telefônicos, com a formação de pessoal técnico, etc. — constitui a solução reclamada pelos interesses nacionais para a importantíssima questão das comunicações telefônicas.

Todavia, é muito pouco provável que o sr. Otávio Correia Bulhões, presidente da Comissão formada pelo sr. Lacerda, venha a adotar o ponto-de-vista nacionalista do projeto Lycio Hauer, contra sua própria opinião, entristecida, manifestada no relatório que assinou há um ano apenas.

Eis por que não receamos antecipar que a solução a ser preconizada pela comissão do sr. Lacerda será o autofinanciamento que a CTB reclama. A pilula poderá vir bem dourada, mas o conteúdo será mesmo sal-amargo.

# Ferrovários do Nordeste Lutam Por Seus Direitos

AMARO VALENTIM  
(Correspondente de NR em Pernambuco)

A Rede Ferroviária do Nordeste, com administração na Recife, estende-se a quatro Estados da região: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O número de trabalhadores especializados e não especializados empregados pela Rede atinge cerca de 10 700 operários, segundo dados não oficiais.

Esse contingente tão elevado de operários vem mantendo incessantes lutas pela reivindicação de seus direitos. Recentemente, quando da deflagração da greve nacional dos marítimos, portuários e ferroviários, pela aprovação do projeto de paridade dos vencimentos dos servidores civis com os dos militares, os trabalhadores da R.F.N. paralisaram o serviço, no dia 9 de novembro do ano findo. A paralisação dos serviços na ferrovia foi quase total, só tendo trabalhado alguns setores dos escritórios e telegrafistas. As tentativas de fazer circular alguns trens, sob a intervenção do Exército, foram frustradas pelos ferroviários que se delataram sobre a linha férrea, no que foram acompanhados inclusive por familiares. A polícia e as forças federais desencaderam intensa reação, prendendo, espancando e aterrorizando com granadas de mão os grevistas.

A polícia chegou inclusive à tentativa de prender o presidente do sindicato dos ferroviários, o que não se deu devido à atuação vigilante e a solidariedade dos operários e de alguns parlamentares.

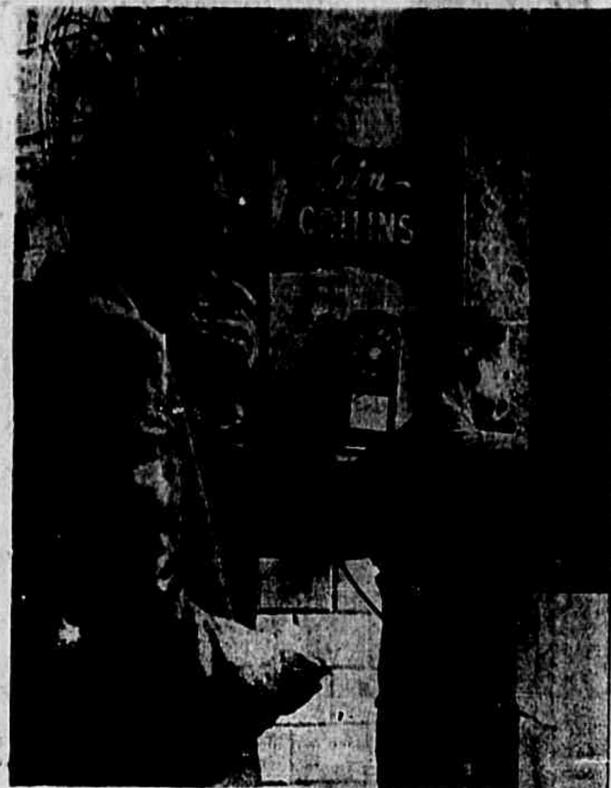
Comentam alguns ferroviários que a demora da presidente do sindicato no Rio, até o dia 8 de novembro, trouxe dificuldades à classe no sentido de adotar uma série de medidas práticas que teriam assegurado melhores êxitos ao movimento. Foi esse um dos fatores que contribuíram para isolar os ferroviários dos marítimos e portuários, pois durante a greve não houve um comando único para os grevistas da Recife, e exemplo do Estado da Guanabara.

Desprezando as provocações e as insinuações de que a greve dos ferroviários fosse suspensa, em virtude de existirem setores trabalhando, os operários souberam dar assim uma contribuição essencial ao êxito do movimento pela paridade, além de reafirmarem a confiança em suas próprias forças e no seu órgão de classe.

## Luta continua

A luta dos ferroviários não cessou com a aprovação da paridade. Reunidos em assembleia, no sindicato, decidiram realizar uma passeata de advertência às autoridades federais, pleiteando o pagamento do salário-família na base de Cr\$ 500,00, novo salário mínimo, pagamento das diferenças das taxas de horas extraordinárias e demais vantagens do Plano de Classificação.

No dia 4 de dezembro passado, mais de mil ferroviários, conduzindo faixas e cartazes alusivos à campanha reivindicatória, percorreram as principais ruas



A espera do caça-níqueis

Além de poucos, funcionam péssimamente. Os telefones públicos no Estado da Guanabara, quando se encontra um sem e aviso "Não funciona", costumam levar a moeda de dois cruzeiros sem que o incauto fale



Trilhos vazios vitória da greve

A recente greve dos trabalhadores da Rede Ferroviária do Nordeste demonstrou o elevado espírito de unidade que impregna as lutas reivindicatórias desses operários. A luta em prol da paridade e pela aprovação das diferenças do Plano de Classificação — aliada à total e dos trabalhadores da Rede e granjeou a solidariedade do povo que soube aguardar a volta dos trens

do capital, indo ao Palácio do Governo e à Assembleia Legislativa, solicitando e apelo das autoridades estaduais para a conquista dos direitos pleiteados. A passeata, que contou com a participação das famílias dos ferroviários, decorreu num clima de grande entusiasmo, sendo uma brilhante demonstração de força e da combatividade da classe operária pela conquista de suas reivindicações. A opinião pública aplaudiu entusiasticamente a manifestação operária, expressando-lhe sua solidariedade.

## Elemento desagregador

Os ferroviários, em sua demonstração, denunciaram ao povo a atividade traçoira, divisionista, antioperária e política do sr. João Estêvão, atual presidente da União dos Ferroviários do Brasil (Seção do Nordeste). Revoltados com a atitude por ele assumida, os operários fizeram-lhe o enterro simbólico, jogando e atirando no rio Capibaribe.

O atual presidente da U.F.B. (Seção do Nordeste) coleta esta entidade contra o Sindicato dos Ferroviários. Ele é, atualmente, um elemento desagregador da classe, encontrando-se a serviço dos exploradores dos ferroviários e das políticas que «com palavras bonitas e agitativas» até hoje têm iludido os ferroviários e suas famílias, a fim de conquistar seus votos em épocas eleitorais. A exemplo dos srs. Alcides Teixeira, padre Arruda Câmara e outros, esses indivíduos, à aproximação das eleições apresentam-se como «amigos» dos ferroviários. No entanto, passado o período eleitoral, dão as costas à classe, principalmente no momento em que esta luta contra o descaso do governo federal e enfrenta a reação das forças militares. Forças militares essas que são levadas por alguns oficiais de formação antidemocrática e reacionária a tomar atitudes contra o povo, em vez de cumprir a patriótica missão de defender a soberania da nossa Pátria e as riquezas nacionais, crininosamente dedicadas para o estrangeiro (causa principal da fome, do desemprego, do atraso e do analfabetismo do nosso povo). Esses oficiais reacionários ordenam que soldados, cabos e sargentos deixem sua condição de militares defensores da Pátria e dos interesses do povo para sobrevirem ao ridículo papale de fura-greves e espancadores de chefes de famílias, os quais são muitas vezes pais ou irmãos de militares.

As treze horas, a greve foi suspensa, e o Sindicato através de sua Diretoria autorizou a volta dos operários ao trabalho, partindo os primeiros trens.

## Primeiras vitórias

Como resultado da greve, a administração local da ferrovia conseguiu alguns milhões de cruzeiros e iniciou o pagamento do mês de trabalho findo e o abono de dois mil cruzeiros. Mas os ferroviários continuam em assembleia permanente, até que o governo federal autorize, em prazo curto, o pagamento das vantagens decorrentes da Lei de Paridade e do Plano de Classificação.

Se os ferroviários não forem atendidos naquilo que pleiteiam, até os primeiros dias de janeiro corrente, decretarão greve por tempo indeterminado. O sindicato e as delegacias sindicais continuam em assembleia permanente. Os operários não qualificados formulam apelos aos telegrafistas, maquinistas, condutores e escriturários para que se unam cada vez mais em torno do sindicato dos ferroviários.

## Greve de advertência

Essas atividades reacionárias e divisionistas não têm conseguido quebrar o espírito de luta dos ferroviários. Assim é que, após a passeata, realizaram-se grandes assembleias no sindicato da classe, em busca de medidas que assegurem à Rede cumprir os acordos reivindicatórios firmados. Depois de várias assembleias, a classe resolveu paralisar os trabalhos durante 8 horas, no dia 23 de dezembro findo. Essa greve de advertência às autoridades foi a continuação da luta empreendida pelos ferroviários em prol do pagamento do salário mínimo, salário-família e demais vantagens conseguidas pela classe, com o Plano de Classificação e a Lei de Paridade.

Essas atividades reacionárias e divisionistas não têm conseguido quebrar o espírito de luta dos ferroviários. Assim é que, após a passeata, realizaram-se grandes assembleias no sindicato da classe, em busca de medidas que assegurem à Rede cumprir os acordos reivindicatórios firmados. Depois de várias assembleias, a classe resolveu paralisar os trabalhos durante 8 horas, no dia 23 de dezembro findo. Essa greve de advertência às autoridades foi a continuação da luta empreendida pelos ferroviários em prol do pagamento do salário mínimo, salário-família e demais vantagens conseguidas pela classe, com o Plano de Classificação e a Lei de Paridade.

# Cuba no Ano II da Revolução: Armas e Sorrisos Para Fidel

Desde as primeiras horas da manhã do dia 1º de janeiro as ruas de Havana foram se enchendo com centenas de milhares de pessoas residentes na própria capital ou que tinham vindo de todos os cantos do país para assistir às comemorações do segundo aniversário da Revolução Cubana. A multidão que se aproximava do monumento ao herói nacional José Martí — dezessete milhares e milhares de pessoas se comprimiam numa das mais bonitas e humanas cenas jamais vistas. Durante horas e horas esperaram e depois assistiram ao grande desfile, ouvindo a seguir o discurso do primeiro-ministro Fidel Castro. As onze horas começava o desfile popular e militar.

E foram mais de sete horas de desfile. Homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, estudantes, professores, intelectuais e soldados do Exército Revolucionário, dezenas de milhares de cubanos de todas as camadas e de todos os pontos da ilha passaram em frente ao palanque onde os dirigentes revolucionários, tendo à frente Fidel e o presidente Dorticos, assim como delegações oficiais de vários países e milhares de convidados da América Latina, Europa, Ásia e África presidiam o desfile. Estações de rádio e televisão retransmitiam para toda Cuba as comemorações para os que não puderam abandonar suas cidades, inclusive porque todos os meios possíveis de transporte estavam tomados com muitos dias de antecedência. Em toda a ilha a alegria do povo não conheceu limites: apesar de todas as pressões, ameaças, calúnias e dificuldades criadas pelo imperialismo e seus agentes e aliados no país, a Revolução marcha firmemente e se tor-

na praticamente inevitável, apenas dois anos depois de derrubar a ditadura do Batista.

## Um povo em armas

A parte central do desfile popular, que não foi, é claro, a mais importante para as agências imperialistas, foi a das milícias operárias e camponesas e das brigadas juvenis, estudantis, femininas e intelectuais armadas. Dezenas de milhares de membros das milícias e brigadas vieram de suas cidades organizados em companhias para participar das comemorações. Com poucos minutos de diferença, médicos, professores, engenheiros, advogados, estudantes, operários, camponeses, tanto homens como mulheres, passavam diante do palanque, empunhando armas automáticas modernas, compradas na Bélgica, Tchecoslováquia e União Soviética. Depois vieram os tanques, canhões e lança-foguetes do Exército Revolucionário. Era a mais clara advertência aos generais do Pentágono, aos políticos reacionários, aos homens dos monopólios e outros como o cardeal Spellman, que financiam, protegem e incentivam bandos de mercenários e preparam uma invasão de Cuba por fuzileiros navais lanques: Que vençam!

A Revolução Cubana, que deu ao povo escolas, hospitais, casas, emprego garantido, salário digno, governo decente e uma perspectiva de vida próspera, transformou-se na causa imediata e fundamental da esmagadora maioria dos cubanos, isto é, de todo o povo com exceção dos exploradores e privilegiados. A Revolução Cubana é a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a nacionalização de todos os tentáculos do imperialismo norte-americano em Cuba, a democracia para o povo e não para os opressores. Daí o fato de que hoje ela é defendida por um povo em armas.

O segundo aniversário da Revolução Cubana, além disso, foi comemorado com maior entusiasmo porque veio coincidir com uma nova ofensiva diplomática e mesmo militar norte-americana contra Cuba. A mando de Washington, o governo peruano rompeu relações com a gloriosa pátria de Martí. Os governos subservientes do Uruguai e do Panamá prepararam-se para entrar na fila. Essa manobra se destina a "preparar o terreno" para uma invasão norte-americana, que deverá se realizar ainda antes da posse do novo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, a 18 de janeiro. No fim de sua gestão, o velho general dos trustes, que a imprensa imperialista alcunhou de Ike, procura brincar com fogo no Laos, no Congo e em Cuba. Entretanto, fato é um brinquedo muito perigoso e o mundo todo está de olhos postos nas mãos dos militaristas que acabarão por se queimar.



Mulher também briga

As mulheres cubanas não constituem exceção à regra: diante de qualquer ameaça, não ficam só verdadeiras cidadãs cubanas de braços cruzados. O exemplo de Wilma Espina e Celia Sanchez, ao lado de dezenas de outras heroínas populares, está fundado no coração das mulheres da ilha que se organizaram numa milícia feminina para defender Cuba.

# VOLTO A CUBA PARA VER REFORMA AGRARIA AVANÇAR

Professor RENÉ DUMONT  
Serviço Especial de PRENSA LLATINA  
Exclusivo para "NOVOS RUMOS"

HAVANA (PL) — Imaginem de Gaulle pronunciando, em plena noite, um discurso sobre a modernização da agricultura; a terça parte de camponeses franceses escutando diante do aparelho de televisão e, no dia seguinte, os jornais reproduzindo, em três páginas completas, o texto inteiro do discurso.

Isso, impossível de imaginar-se na França, Fidel Castro conseguiu em Cuba. Na noite de 11 para 12 de agosto, falou desde as 11 até as 2 da madrugada, e os camponeses escutaram com muita atenção.

Em seu discurso, Fidel definiu um novo programa para as cooperativas agrícolas e teve o prazer de verificar que havia adotado o essencial do esquema que lhe submeti em meu primeiro relatório, escrito depois de minha primeira visita a Cuba. As cooperativas de cana de amanhã — disse — deverão associar a agricultura com a criação de gado.

Ao melhorar o rendimento por hectare, deixarão livre uma parte das superfícies semeadas com cana para utilizá-las em culturas alimentícias. Uma cooperativa de 1400 a 1800 hectares, onde se agrupem de 120 a 150 famílias, deverá possuir 200 vacas e 50 leitões que produzem 500 porcos por ano.

## Uma idéia excelente

Durante seu discurso, Fidel entregou solenemente a cada um dos 660 coordenadores (presidentes de cooperativa) que se achavam presentes, um cheque de 2000 pesos-dólares para a compra de 20 vacas. De repente exclamou: "Agora estou pensando que esqueci o touro. Cada um receberá 50 pesos mais".

A maior parte das idéias que eu havia desenvolvido em meu relatório tinha sido adotada; mas Fidel a havia reconsiderado e adaptado à situação cubana. Por exemplo, resolvera que cada cooperativa devia manter uma grande horta para a produção de mandiocca e legumes europeus até então reservados aos ricos, assim como um grande pomar para abastecer com frutas os camponeses.

Essa horta e esse pomar serão cuidados pelas crianças escolares depois das aulas. Em todos os países subdesenvolvidos as crianças participam precoce e ativamente nos trabalhos do campo. Passá-los brusca e totalmente ao setor improdutivo, teria sido mal visto sem dúvida pelos pais. A idéia de confiar-lhes a manutenção da horta e do pomar, que a mim jamais teria ocorrido, parece-me ótima.

O discurso de Fidel teve também outro propósito, esse no entanto político: tratava-se de responder à "Carta Pastoral" em que, a 7 de agosto, os arcebispos e bispos de Cuba, saudando as medidas sociais e a reforma agrária "como indenização justa", faziam notar "o rápido progresso do comunismo no país".

## "Trair o Cristo"

Fidel declarou: "Os contra-revolucionários têm-se refugiado até o presente nas igrejas para combater a religião. O povo conhece o respeito do Governo Revolucionário pela religião... Esses a quem Cristo chama de "sepulcros caiados", os fariseus, jamais protesta-

ram contra o crime, a exploração ou a mentira, quando os filhos do povo eram torturados e assassinados. Trair o pobre é trair o Cristo..."

O serviço de propaganda do regime é eficaz e rápido. Essa última frase de Castro foi pronunciada lá pelas 2 da madrugada. As 9 da manhã eu me encontrava no I.N.R.A. e já a frase aparecia por toda parte: "Trair o pobre é trair o Cristo".

Quando regressei a Havana pude ver Fidel no final de um almoço a que fui convidado por Nuñez Jimenez, o diretor do I.N.R.A. Felicitei-o por seu discurso aos coordenadores das cooperativas de cana do dia 11 de agosto; mas disse-lhe que precisava sem falta fazer um novo discurso durante o qual brandisse diante das câmeras de televisão um punhado de mudas de "pangola" com o fim de popularizar mais depressa essa gramínea que permitiria uma verdadeira revolução no setor das forragens. Na hora de ir-se, Fidel me falou: "Tornaremos a nos ver. Passaremos um dia juntos".

Esta segunda entrevista realizou-se em seu retiro da "Ciénaga de Zapata", um grande pântano que se estende ao sul da ilha.

Recebeu-me como lhe agrada receber a seus hóspedes. Pela manhã, voando durante duas horas, o helicóptero do I.N.R.A. levou-me até a Ciénaga, deixando-me entre os andaimes da futura cidade turística que Fidel faz construir à margem dos pântanos. Logo me leva para ver sua criação de crocodilos. A ambição de Fidel é chegar a abastecer a indústria cubana de couros do crocodilo, que depende da matéria-prima da Colômbia e Venezuela, já que a partir de 1915 aqueles animais desapareceram da ilha. A criação que ele está promovendo já se eleva a 700 crocodilos e Fidel, que tem uma imaginação generosa, sonha com 100 000 povoando aqueles pântanos.

Há duas únicas maneiras de chegar ao retiro de Fidel, situado em pleno lodagal ("Ciénaga") sem sombra de caminhos: em lancha-automóvel ou em helicóptero. Tornamos a subir ao nosso aparelho enquanto Fidel partia em sua lancha que ele mesmo dirige.

Assim que chegamos, tranca-se numa sala com o dr. Dorticos, presidente da República. Deve querer discutir com ele as instruções que serão dadas ao delegado cubano na Conferência de Costa Rica que então se realiza. As 2 horas reaparece muito alegre e se entrega a exercícios de tiro.

Começa com uma metralhadora anti-aérea, ali colocada para "enquadrar" os helicópteros que se aproximam, até que sejam recolhidos os seus passageiros. Pega em seguida uma metralhadora pesada (norte-americana), um fuzil-metralhadora (belga) e um revólver (russo, trazido de Moscou por Nuñez Jimenez). É um excelente atirador. A uma distân-

cia de 600 metros, na lagoa, afunda rapidamente um depósito de gasolina de 200 litros vazio.

Lá pelas 3 h, diz-me de repente: "E agora, vamos trabalhar!", em seguida passamos para o seu quarto, composto de doze leitos superpostos: duas fileiras de 3 à direita e à esquerda da habitação. Aqui é que ele recebe seus hóspedes privados, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir estiveram aqui em março, e estarão de volta em seu regresso do Brasil.

A entrevista durou hora e meia. Fidel assume a ofensiva, expondo-me seus novos projetos. Trata-se de criar granjas estatais gigantes de 27 000 a 40 000 hectares para a criação de gado. Exibe-me o plano e me explica que uma parte das terras destinar-se-á à pastagem, e a outra à plantação; aqui criarão galinhas, ali porcos, etc. Considero seus croquis e sua idéia — o técnico sempre deve considerar a idéia do político para adaptá-la — e proponho algumas modificações.

## Os tratores

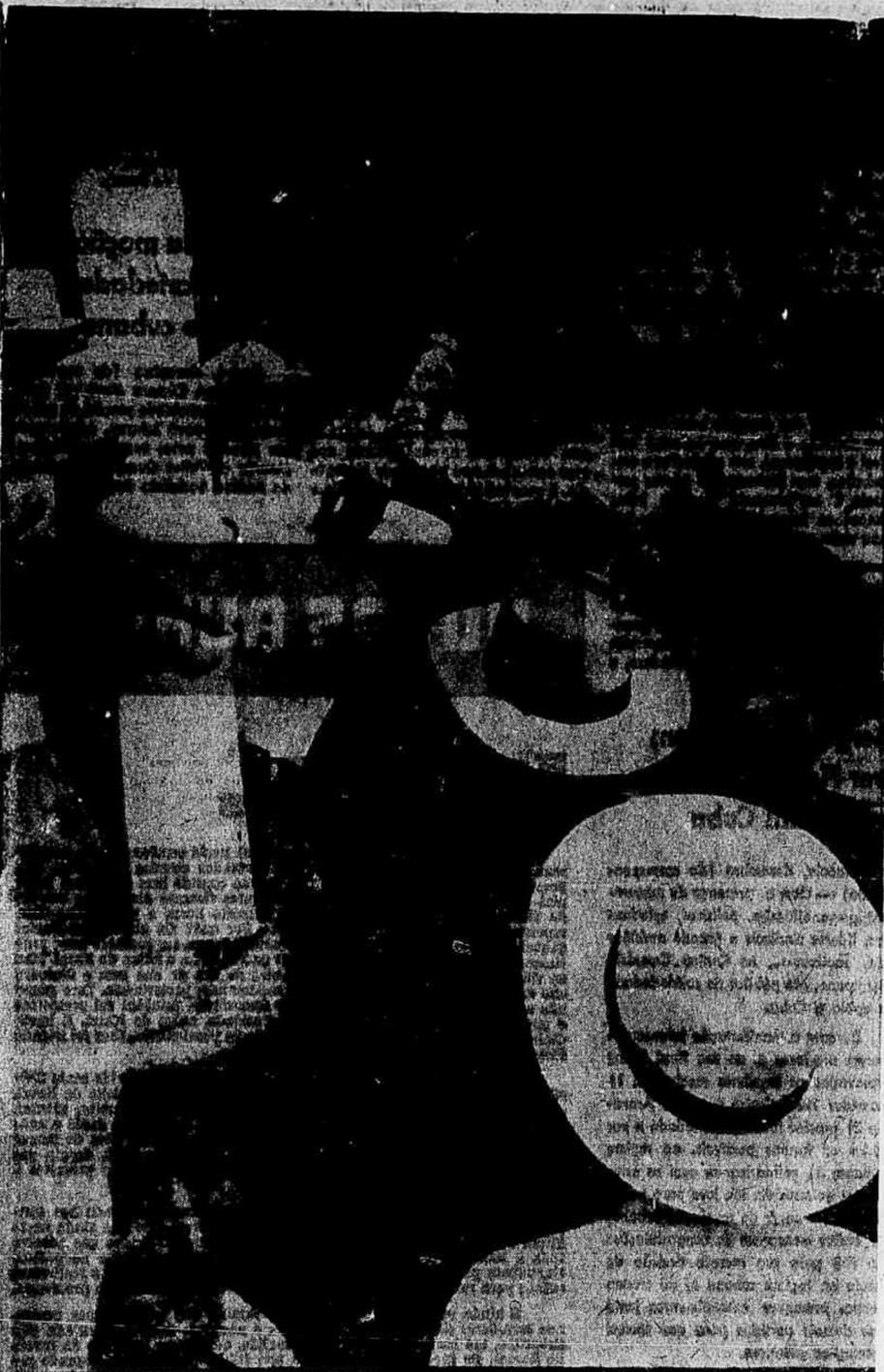
Tomando como ponto de partida o esquema que ele traçou, expõe-me a outra vez a minha tese. Não se mostra muito de acordo comigo quanto a um problema essencial: o do "aproveitamento completo do pessoal". "Não posso levar a cabo o aproveitamento completo — diz-me. — Não tenho tratores em número suficiente."

Tento então lhe explicar que, para assegurar o aproveitamento completo do pessoal, o que é preciso justamente é não adquirir tratores em demasia. Em Cuba a energia animal desempenha um grande papel e ainda poderá manter-se e desenvolver-se por muito tempo. Talvez tecnicamente o progresso venha a ser menos rápido, mas se fará criando trabalho para cada operário agrícola.

Tenho a impressão de que aí está uma coisa que Fidel não quer compreender e deve ter lá suas razões para isso. Talvez porque para ele, como para a maior parte dos dirigentes cubanos, o progresso consiste em botar quanto antes cada cubano em cima de um trator.

Nossa conversa terminou como a outra de meses atrás: "Quando pretende voltar aqui?" E eu lhe respondi ainda como de outra vez: "Estou às suas ordens", mas salientando que agora a questão me parecia bem encaminhada.

No intervalo entre a primeira e a segunda conversa, realmente, constatei um progresso notável. Haverá, naturalmente, algumas dificuldades, mas a subprodução era tal, antes da revolução, que a agricultura cubana terá que progredir necessariamente, mesmo que se cometam alguns erros. Pode-se dizer desde já que a revolução cubana está a caminho de alcançar no plano econômico o elevado nível que conquistou no político.



Velhice sorri: terra

O camponês cubano, que vivia na miséria, constantemente ameaçado de ser expulso pelos capangas do latifundiário, pagando aluguel da terra e, no entanto, recebe agora, com a Reforma Agrária, os títulos de propriedade de sua terra, que pagará em vinte anos, recebendo ainda a assistência técnica e financeira do Governo Revolucionário.

# Cuba: Contra os Planos de Invasão lanque a Solidariedade Ativa de Todos os Povos



## Revolução é do povo

O verdadeiro motivo da força da Revolução Cubana e de seus dirigentes é o seu caráter popular. As iniciativas de governo revolucionário de Fidel Castro são sempre tomadas de acordo com o apoio do povo.

## Nilópolis: Manifestação Pública e Apoio da Câmara à Revolução

Nilópolis, dezembro (do Correspondente Diogo Soares Cardoso) — Com a presença de numeroso público realizou-se, na noite de 18, no recinto da Câmara Municipal desta cidade, uma conferência-debate pronunciada pelo dr. Marco Antonio Coelho subordinada ao título «Cuba antes e depois da Revolução».

A manifestação de solidariedade ao povo cubano e a seu líder, Fidel Castro, além de outras personalidades locais estiveram presentes o deputado Jarbas Lopes, o vereador Carlos Alves de Oliveira Filho, os drs. Nelson Nogueira e Melquiades Calazans, o estudante Scherer, o suplente de vereador Manoel Batista, o sr. Elzira Ramalho, presidente da UNSP, o sr. Antônio Lopes Gonçalves, representante do Comitê Central do Movimento Nacionalista de Nilópolis, e o sr. Antero Melo.

Durante o transcorrer do ato falaram também o deputado Jarbas Lopes, o vereador Oliveira Filho, o jornalista Diogo Soares Cardoso e o estudante Scherer. Foram aprovados, na ocasião,

A Revolução Cubana, entrou em seu terceiro ano de existência ainda sob o fogo intenso das provocações e agressões dirigidas pelo imperialismo norte-americano em todas as frentes. O governo subserviente do Peru anunciou o rompimento de relações entre os dois países, ao mesmo tempo que se anuncia que o Uruguai, o Panamá e outros países latino-americanos se prepararam para tomar medidas idênticas. Nos bastidores das Nações Unidas, o que mais se comenta atualmente é a formação à toda pressa de um poderosíssimo exército de invasão, com base na Guatemala, armado e financiado pelos grandes trustes lanques prejudicados pela Revolução Cubana. A ofensiva diplomática lançada pelo governo norte-americano com o objetivo de isolar Cuba na América Latina coincide com o reforçamento dos grupos de partidários do ditador Batista de contra-revolucionários e de mercenários e com a volta das calúnias e explorações a propósito de supostas «bases de foguetes» soviéticas na ilha das Caraíbas. Toda a máquina bélica foi azeitada e posta em funcionamento

DEPUTADO ELOY DUTRA NA TRIBUNA DA CAMARA

## «A Revolução de Cuba é de Toda a América Latina»

«... A revolução de Cuba não é apenas a de uma ilha. É a nossa revolução. A revolução da América Latina...» — afirmou em discurso pronunciado na Câmara Federal, nos primeiros dias de dezembro, o deputado Eloy Dutra, da bancada do PTB. O parlamentar, como muitos outros de diferentes partidos, manifestou da tribuna do legislativo federal o seu amplo apoio à revolução cubana, ao mesmo tempo que denunciou a ingerência dos imperialistas norte-americanos nos assuntos internos daquele país, a campanha da imprensa internacional ligada aos trustes visando desmoralizar a revolução e suas conquistas.

Após citar depoimentos insuspeitos de jornalistas norte-americanos sobre a forma pela qual as agências telegráficas informam da situação em Cuba, referindo-se particularmente às declarações do conhecido jornalista Herbert

Mathews («Em meus trinta anos de «The New York Times» nunca vi uma história importante tão mal coberta e mal interpretada como a revolução cubana»), o deputado Eloy Dutra reportou-se a alguns aspectos da vida na ilha antes da revolução.

«Cuba — declarou — tinha 95% de suas praias entregues a latifundiários cubanos e americanos ligados ao sistema, enquanto o povo nem a banha de mar tinha direito. Um milhão de hectares de terras das mais férteis de Cuba, eram explorados por 5 ou 6 monopólios, ao passo que perto de 400 mil camponeses não tinham mais do que 90 mil hectares e viviam em estado de miséria e de desesperança».

### Campanha de calúnias

Apartado constantemente por parlamentares das outras bancadas, todos contribuindo para fortalecer sua argumentação em defesa de Cuba, o deputado Eloy Dutra acentuou, em seu discurso, referindo-se inclusive a depoimentos insuspeitos de sacerdotes católicos, a desonestidade dos que atacam a revolução, a onda de mentiras que são divulgadas pelas agências telegráficas contra Fidel e seus companheiros.

«Aqui está — disse o deputado — o depoimento de um sacerdote católico, o padre Iñaky de Aspiazú: «Voltei a Cuba, pela segunda vez tenho a impressão de ter rompido uma barreira que circunda a ilha. Uma barreira invisível e impalpável, sem sentinelas e sem exércitos, mas fechada nos pontos cardeais. É um bloqueio formado pelos despachos telegráficos, que impedem uma visão exata de Cuba no exterior...»

Ressaltou o deputado a ação do governo revolucionário, que através da aplicação da justiça revolucionária impediu um massacre desordenado quando julgou os carrascos que assassinaram os patriotas durante a ditadura, e

para uma tentativa em desespero de causa, antes da posse de Kennedy, no dia dezoito de janeiro.

O chanceler cubano Raul Roa solicitou uma reunião especial do Conselho de Segurança da ONU exatamente para examinar a situação criada pelos planos norte-americanos de invasão de Cuba por fuzileiros navais lanques, com o apoio político e militar dos governos entreguistas da América Central. Embora confie inteiramente no apoio maciço do povo cubano, principalmente dos 250 mil milicianos armados e do Exército Revolucionário, além da solidariedade efetiva dos povos latino-americanos, o Governo Revolucionário procura, ao levar a agressão norte-americana para julgamento na ONU, impedir que os planos conspirativos dos monopólios e do Pentágono se concretizem. Ao mesmo tempo, as denúncias cubanas contribuem para mostrar a verdadeira face do imperialismo norte-americano opressor e explorador e para aumentar a onda de solidariedade dos povos latino-americanos à gloriosa revolução de Fidel Castro.

respondendo em seguida a um aparte do deputado Arão Steinbruch, assinalou:

«O capitalismo é como o sangue da hidra: dele brotam novos sofrimentos. Evidentemente que essas mesmas agências que hoje manobram o mundo com as suas notícias deformadas, não tinham, àquela época, esse interesse.»

### Liberdade

Repantando-se depois do depoimento de um artista americano que vivia em Cuba, o desenhista Grosline, assinala a impressão de liberdade, de alegria e de felicidade que ele sentiu no povo cubano após a derrubada da ditadura.

«É por que essa sensação de liberdade? — diz. Porque, além dos 10 cubanos assassinados por dia pelo regime de Batista, 400 milhões de dólares foram transferidos pelo ditador para os bancos norte-americanos e europeus. E tudo isso acabou com a revolução fidelista.»

«O capitalismo está com seu fim próximo. A evolução do mundo não para. Somos uma nação dentro do dia universal.»

«O capitalismo, dizia eu ontem num aparte ao nobre deputado Barbosa Lima Sobrinho, tendo um trecho de carta que um amigo meu escreveu de Cuba, está agonizante; apenas guarda nas suas entranhas uma bomba de hidrogênio. E quer explodir o mundo com ele.»

Estranhando em seguida que as vestais que hoje atacam a revolução cubana não se tenham lembrado de zelar pela vida de 20 mil cubanos assassinados por Batista, citando inclusive depoimentos de altas personagens da Igreja sobre o desenvolvimento de revoluções, concluiu o deputado Eloy Dutra:

«Srs. deputados, seria fastidioso queremos analisar em toda sua profundidade esse extraordinário acontecimento do nosso século. Mas, pergunto: Quais os elementos contrários à Revolução? São aqueles que, com a fisionomia compungida e beata, manifestam horror pelo «banho de sangue» que Fidel Castro instituiu em Cuba. Mas o que esta gente está defendendo são os privilégios de sua casta e suas riquezas. Não falam com sinceridade, não falam com amor. Para eles pouco importa o bem comum, e só lhes convém genocídios como Batista, Trujillo e Franco, que se dizem caudilhos pela vontade do povo e pela graça de Deus.»

## Aprovada moção de solidariedade ao povo cubano

Macacé, dezembro (do correspondente) — A Câmara Municipal aprovou por unanimidade moção de solidariedade ao povo cubano, apresentada em plenário pelos vereadores Roberto Mourão e Walter Quaresma da Costa, do Partido Socialista Brasileiro.

## Valparaíso apóia Revolução

De todos os recantos do país são inúmeras as manifestações de solidariedade à Revolução cubana. Em Valparaíso, no Estado de São Paulo, o Comitê Nacionalista de Reestruturação Política do Município patrocinou uma manifestação pública de apoio à revolução de Fidel. Na ocasião foi enviado um abaixo-assinado à embaixada de Cuba, assinado por centenas de moradores na localidade, solidarizando-se com o povo cubano e protestando contra a intervenção americana nos assuntos internos daquele país.

## Fidel agradece solidariedade da Câmara

Ourinhos, dezembro (do Correspondente) — O presidente da Câmara Municipal, dr. Laura Migliari, recebeu o ofício do gabinete do chefe do governo de Cuba, Fidel Castro, agradecendo o voto de apoio e solidariedade à revolução cubana, aprovado pelo legislativo desta cidade.

Entre outras coisas, diz o ofício: «Em nome do dr. Castro, envio a V. S. e, por seu intermédio, a cada um dos membros dessa Câmara, os mais efusivos agradecimentos pela aprovação unânime dessa extraordinária Resolução, em favor de nosso Governo Revolucionário, o que tanto nos honra».



## Vida nova veio com Fidel

As crianças cubanas tiveram com a Revolução o início de um destino inteiramente novo e cheio de perspectivas; era o fim do analfabetismo e da absoluta falta de proteção à infância em todo o país.

## Sergipanos querem ver Fidel e apóiam Cuba

Aracaju, dezembro (do correspondente) — Com a presença de numerosas personalidades, políticos, estudantes, líderes sindicais e grande assistência, realizou-se, no Centro Operário Sergipano, ato público de solidariedade e apoio a Cuba.

Durante a manifestação falaram diversos oradores e, ao seu final foram aprovadas as seguintes resoluções: 1) convidar Fidel Castro a visitar Aracaju; 2) prestar toda solidariedade e por todas as formas possíveis, ao regime cubano; 3) solidarizar-se com os estudantes goianos em sua luta para trazer ao Brasil o chefe da revolução cubana; 4) enviar mensagem de congratulações ao PSB pela sua recente decisão de apoio ao regime cubano e, ao mesmo tempo, promover entendimentos junto aos demais partidos para que tomem resoluções idênticas.

Entre as personalidades que participaram do ato, destacamos a presença do professor Franco Freire, do Acadêmico Renato Chagas, do líder sindical Manuel Francisco e do Vereador Agonalto Pacheco.

## NOVOS RUMOS

## Estranhos Propósitos

Três fatos (existem milhares de outros) neste começo de ano, nos fazem refletir a respeito da atitude dos chamados círculos dirigentes, que procuram agravar a situação do povo, mesmo quando lhes é possível amenizá-la. Vejamos. As pensionistas dos militares ficaram diante dos balcões do Ministério da Fazenda, inutilmente, durante horas e por muitos dias, esperando o pagamento de suas pensões. Por quê? Os altos funcionários daquele Ministério e de outros, naturalmente, devem ter recebido seus vencimentos com todas as vantagens da Lei da Paridade, e antes do Natal. Mas as viúvas dos militares passaram as festas de fim de ano sem o dinheiro que esperavam. E continuam pedindo, reclamando, protestando. Esse grupo não acreditará mais em promessas. Aos ferroviários também foi prometido o pagamento das vantagens da Lei de Paridade, antes de Natal. E havia dinheiro para esse fim. No entanto, tal como às pensionistas, lhes foi negado esse direito. Por quê?

Há, assim, como um propósito deliberado de tornar a vida mais difícil, mais áspera, mais revoltante... Nem esse tradicional espírito de Natal, de que vêm falando esses círculos, hipocritamente, durante muitos séculos, cujo espírito vem servindo de instrumento à classe dominante, desde a conversão ao cristianismo do rei Constantino, arrefece os propósitos de lançar as sementes da impaciência e da tristeza na vida do povo. E, depois, covardemente, os tais círculos chamam a polícia, para conter os protestos e impedir as greves.

Mas chegaram novos tempos: poucas promessas se fazem aos santos, porque deles, também, se recebem poucos favores. E os que ainda acreditam em promessas, a não ser na grande promessa do futuro que envolve toda a humanidade, fazem como aquelas senhoras que foram ao palácio Guanabara pedir matrícula para os filhos, nas escolas públicas, e receberam ordens para retirar-se. A partir de 1961, não acreditarão mais em promessas.

E ainda outro caso. O da mãe de família que há dois anos espera, nos corredores das repartições estaduais e nas ante-salas da Cruzada São Sebastião, um barraco que lhe foi prometido, quando do incêndio da favela de Ramos. Do incêndio lhe sobraram três filhos que dormem, segundo me contou, como uma ninhada de gatos recém-nascidos, e muitas promessas. Dois anos se passaram sobre as promessas, sobre as cinzas do incêndio, etc. Por que não dão o barraco prometido, se já foram reconstruídos?

Há, na realidade, um propósito de fazer as pessoas ainda mais tristes e mais impacientes. E é essa moral desumana que inspira os propósitos as atitudes e até as promessas dos chamados círculos dirigentes.

Ana Montenegro

# IAPB Volta a Servir Aos Interesses Dos Bancários

Talvez nenhum outro fato expresse melhor a nova política administrativa inaugurada pela atual direção colegiada do IAPB, do que aquele ato mandando transferir para o Sanatório Messejana, que abriga a centenas de bancários tuberculosos da Ceará, o luxuoso aparelho de televisão, de propriedade de IAPB, que servia exclusivamente à família do sr. Enos Sadok de Sá Motta, em Brasília.

Essa medida simples tem realmente um significado alentador. Ela revela a introdução de uma nova política administrativa, voltada realmente para os mais legítimos interesses dos segurados do IAPB, cuja antiga administração, chefiada pelo sr. Sadok de Sá, transformara num verdadeiro samburá de imoralidade, onde se confundiam, numa inominável orgia de crimes contra o sagrado patrimônio dos bancários, autoridades dos poderes executivo e legislativo.

Citamos apenas o caso da televisão, porque ele reflete o carinho da nova administração do IAPB, chefiada por um bancário, pela coletividade que representa, mas inúmeras outras medidas, de muito mais profundidade foram levadas à prática pela atual Conselho de Administração, entre as quais a anulação de centenas de nomeações que foram feitas ilegalmente para aquele Instituto.

## A reação

Mas a reação dos aproveitadores das grandes «bócas» dos institutos não se fez esperar. Homens do governo e políticos inescrupulosos de todos os partidos passaram a investir não apenas contra os atos da nova administração do IAPB, mas a pressionar, de maneira aberta ou velada, a todos os órgãos colegiados dos demais institutos de previdência, numa tentativa desesperada para manter tudo como antes, quando os interesses dos negociantes e dos políticos fletavam mais alto do que as necessidades de milhões de trabalhadores, espalhados por todo o Brasil, vivendo à míngua de recursos médicos e de qualquer assistência social.

## Violação da lei

Agora mesmo, com a conivência do Departamento Nacional da Previdência Social, o general Batista Teixeira acaba de ser efetivado na presidência do Conselho Fiscal do IAPB, contra o voto de todas as representantes daquela entidade, que haviam elegido para o cargo o sr. Gil de Magalhães, representante dos empregadores. Contra essa imposição ilegal, que contém com o voto favorável do próprio sr. Dante Pelacani, homem de Jânio ilegalmente eleito para o DNPS, os membros do Conselho Fiscal do IAPB impetrarão mandado de segurança.

## Mobilização dos sindicatos

A ofensiva dos políticos e dos altos funcionários dos IAPs e do Governo comprometidos nos escândalos das administrações anteriores está determinando a mobilização geral dos trabalhadores, através de seus sindicatos e demais entidades representativas, para uma

contra ofensiva visando assegurar plena cobertura a todos os novos administradores dos órgãos da previdência social, sejam representantes dos empregados, dos empregadores, ou do Governo, que queiram realmente cumprir as determinações da Lei Orgânica da Previdência Social, e realizar uma política administrativa realmente voltada para o atendimento dos direitos dos segurados das referidas instituições.

## Reunião programada

Nesse sentido visando a mobilização de todos os trabalhadores brasileiros para a defesa das conquistas asseguradas na Lei Orgânica da Previdência Social, realiza-se no dia 5 do corrente, na sede do Sindicato dos Bancários Cariocas, uma reunião que contará com a participação de líderes sindicais de todas as categorias profissionais, inclusive da União dos Previdenciários, para examinar os obstáculos que se estão opor a uma política de moralização dos IAPs, relacionar os fatos, denunciá-los aos trabalhadores e às autoridades governamentais, inclusive aos deputados e senadores,

## Reunião de bancários

Antecipando-se a qualquer outra iniciativa, o Departamento de Previdência Social do CONTEC, do qual fazem parte todos os bancários atualmente na administração do IAPB, inclusive o seu presidente, sr. Edgard Rocha, realizará, ainda nesta quinzena, uma reunião, com representantes de todo o país, para elaborar um memorial sobre a situação do IAPB, e endereçá-lo às autoridades competentes.

Os membros do CONTEC manifestam-se, por outro lado, favoráveis a promoção de uma reunião dos líderes sindicais de todo o país, representantes de todas as categorias profissionais, para apreciar, em conjunto, a situação de todos os IAPs, e adotar as medidas necessárias ao início e desenvolvimento de uma campanha visando a fazer cumprir rigorosamente a Lei Orgânica da Previdência Social, e a acabar com toda a política de favoritismo que se tornara norma nas administrações anteriores, causando o descrédito dos trabalhadores pelas suas instituições de previdência.

## Os escândalos

Mesmo antes de serem relacionadas pela reunião dos bancários que examinará os escândalos da administração do sr. Enos Sadok, cidadão atualmente guindado no DNPS por interferência direta do Presidente da República, a reportagem de NR pode adiantar alguns fatos que revelam o que assinalamos na início dessa reportagem, isto é, a existência de uma nova política administrativa realmente voltada para os interesses dos segurados do IAPB.

Uma das primeiras medidas do CA do IAPB foi a anulação de cerca de 300 nomeações ilegais, que trariam uma despesa anual de quase 70 milhões de cruzeiros. Dentre os nomeados havia 29 tesoureiros, cujos vencimentos anuais atingiram a mais de 13 milhões de cruzeiros.

Mas a mão de ferro da nova administração do IAPB não parou aí. Havia um sr. chamado Ruy de Souza Ribeiro que recebia mensalmente, dos cofres do IAPB, nada menos de 250 mil cruzeiros, porque o sr. Sadok o autorizou a fazer a corretagem do seguro do IAPB junto ao IPASE, com uma comissão de 30% sobre os prêmios de seguro pago. Os prêmios totalizaram Cr\$... 4.800.000,00 de janeiro de 1959 a dezembro de 1960, cabendo ao sr. Ruy uma corretagem de Cr\$ 1.300.000,00, isto é, 250 mil cruzeiros mensais. Mas esse serviço jamais precisaria de intermediário, e foi por isso que a nova administração do IAPB mandou o sr. Ruy ir baixar em outro centro, e passou, ela mesma, a tratar do assunto, economizando o dinheiro da entidade, em benefício dos bancários.

## Carteira Imobiliária

No caso da Carteira Imobiliária as negociações se faziam muito mais evidentes. Sem obedecer a nenhum plano que leve em conta os interesses da coletividade bancária, o IAPB de Enos promovia uma verdadeira orgia de milhões. Basta citar o caso de Campina Grande, onde existem cerca de 300 bancários. O IAPB mandou construir lá um prédio de 10 pavimentos, no valor de 69 milhões de cruzeiros. É óbvio que os bancários, com um salário comum que não vai além de 10 mil cruzeiros, jamais poderiam pagar apartamentos cujos preços seriam superiores a dois milhões de cruzeiros. Esses apartamentos só serviriam a funcionários altamente graduados. A nova administração do IAPB anulou todos os contratos dessa natureza, que se multiplicavam pelas pequenas cidades do interior. Com isso foi feita uma economia de quase 140 milhões de cruzeiros.

Foram canceladas, por outro lado, construções que impartariam numa despesa de 150 milhões de cruzeiros sendo essa verba transferida para o Plano B, cujo orçamento estava fixado em Cr\$ 250.000.000,00, e subiu agora para 400 milhões de cruzeiros. Esse Plano, muito mais viável, consiste no empréstimo para compra de casa onde o bancário ache mais conveniente, e de acordo com a sua necessidade e possibilidade de pagamento.

## Os boas-vidas

A medida que o sangue novo da atual administração vai percorrendo impetuoso pelo organismo do IAPB, a fisionomia da instituição se modifica, com a expulsão vigorosa dos parasitas obstinados.

Assim é que, em Brasília, havia 24 viaturas do IAPB, com um gasto mensal de 360 mil cruzeiros de gasolina. Todas essas viaturas, a maioria das quais estavam a disposição de senadores, deputados, e autoridades outras alheias à instituição, foram recolhidas pela atual administração do IAPB.

Mas não é só. O IAPB mantinha em Brasília nada menos de 107 funcionários, entre os quais 21 tesoureiros, quando não necessitavam, no caso dos tesoureiros, de mais de um.

## Sumiço no fichário

As safadezas eram tantas, que o próprio fichário do Gabinete da Presidência do IAPB «desapareceu», o que está impossibilitando que a atual administração atenda às solicitações dos órgãos governamentais sobre inúmeros processos.

Os boas-vidas jamais concordarão com as medidas moralizadoras que o IAPB está pondo em prática, e que a administração de outros institutos vem se esforçando também por adotar. Daí a necessidade da mobilização geral dos trabalhadores para prestigiar e defender, com todas as suas energias, os atos das direções colegiadas que consultem os interesses dos seus segurados.

Nenhuma outra medida poderá garantir a participação dos trabalhadores na luta pela moralização dos institutos do que aquela que pretende aplicar a atual administração do IAPB, e que foi anunciada pelo novo presidente da instituição, o líder bancário Edgard Rocha Costa, ao assinalar: «Pretendemos elaborar planos e submetê-los à apreciação da classe, através de seus órgãos sindicais, para serem enriquecidos com as valiosas contribuições que só a vivência das situações possibilita.» Dêsse modo, apresentando os seus planos, relacionando as suas dificuldades, falando abertamente aos segurados de suas respectivas instituições, e que se poderá promover a real mobilização dos trabalhadores em defesa das instituições de previdência, e de uma política que satisfaça, na medida do possível, os interesses das massas assalariadas.



Palmas para Edgard

O sr. Edgard da Rocha Costa foi recebido sob intensas palmas da grande assistência que lotava as dependências da sede do sindicato dos bancários cariocas, quando ali compareceu para receber as homenagens de seus colegas em virtude de sua eleição para a presidência do Conselho da Administração do IAPB.

# NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 6 a 12 de janeiro de 1961

Nº 97



Luta de dois anos

Durante mais de dois anos os bancários brasileiros travaram uma dura luta pelo afastamento, da direção do IAPB, do sr. Sadok de Sá, por má administração do patrimônio daquela entidade.



Festa diferente

Os bancários cariocas realizaram na sede de seu sindicato uma grande festa em homenagem a seu colega Edgard da Rocha Costa, recentemente empossado no cargo de presidente do Conselho do IAPB. Na foto, aspecto da manifestação, no momento em que usava da palavra o sr. Aluísio Falcão, presidente do Sindicato.

# Light Faz Boa Inversão: Homens no Governo Lacerda (1)

## Dicionário

### Demolição do Império Romano

Ameara o novo Estado da Guanabara uma séria escassez de energia, em anos próximos, se não forem tomadas em tempo as providências necessárias. Já hoje existe aqui um racionamento disfarçado de energia, que se manifesta através da diminuição de voltagem (tornando a luz mais fraca) ou dos cortes temporários em várias zonas da cidade. A «Rio Light», concessionária do serviço de eletricidade na Guanabara, até hoje absteve-se de cuidar do futuro, paralisando durante muito tempo as obras da Usina de Ponte Coberta e fazendo chantagem com a ameaça de racionamento para conseguir vultosos empréstimos do BNDE e outras vantagens.

Hoje, no Estado da Guanabara, a «Light» está cuidando de garantir para si uma situação que lhe permita continuar fazendo investimentos (que lhe rendem enormes lucros) apenas com os dinheiros públicos, sob a falsa alegação de que não tem recursos porque o serviço não lhe dá lucros. O «holding» já conta com um homem seu na Secretaria de Administração do novo governo — o dr. Luis Carlos Maacini, advogado da Companhia Brasileira de Administração e Serviços Técnicos (COBAST), empresa em que a «Brazilian Traction Light & Power Co. Limited» tem 76% das ações, encarregada da ad-

ministração e contabilidade das empresas do Grupo Light e, principalmente, de dissimular lucros desse Grupo.

Além da Secretaria de Administração, a «Light» detém ainda a chefia do gabinete do novo governador, na pessoa do dr. Rafael de Almeida Magalhães, advogado da notória «esta-de-ferro» dona Regina Feigl (compradora, a baixo preço, de quase todos os imóveis reversíveis que estão sendo ilegalmente vendidos pela Cia. Ferro Carril do Jardim Botânico). E, além de tudo isso, a «Light» conta com a simpatia do próprio governador, disposto a financiar, para o truste, mas com dinheiro do povo, a construção de uma termelétrica.

#### Eco para chantagem

O «holding» instalou, pois, no governo, sua caixa de ressonância, que fará eco à sua cantilena de baixo rendimento e aos resultados de seus balanços.

Os balanços da «Light» são falsos. Isto já foi mais que comprovado. Ainda recentemente, ao contestarem a ação que está sendo movida pela «Rio Light» e a Cia. Ferro Carril do Jardim Botânico contra o Estado da Guanabara, os advogados e procuradores do Estad observaram:

«O Balanço da COBAST representa uma verdadeira FARSA, pois enquanto a receita geral que indica acusou 2.534.710,00 (dois milhões trezentos e trinta e quatro mil setecentos e dez cruzeiros), os serviços a ela pagos, unicamente pela RIO LIGHT, no mesmo exercício, montaram a Cr\$ ..... 160.549.564,40 (cento e sessenta milhões quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos).»

Constata-se, assim, uma falsificação das mais grosseiras de contabilidade. No caso, a «Light» nem ao menos contabilmente disfarçou bem; pois ninguém precisa sequer ter estudado contabilidade para ver a fraude de quase 140 milhões que existe se a «Rio Light» informa em seu balanço ter pago mais de 160 milhões de cruzeiros à COBAST e esta informa ter tido, no mesmo período, uma receita geral (e não líquida) de menos de 2,5 milhões.

#### Fraude contábil e real

Se entrarmos no mérito de tais gastos, a fraude se mostra ainda maior, pois daqueles 160,5 milhões de cruzeiros «pagos» pela «Rio Light» à COBAST (ou seja, pela «Brazilian Traction» ou «Brazilian Traction»), Cr\$ 106.031.918,80

constam do balanço como tendo sido pagos por conta do serviço de bondes.

Os bondes do Rio de Janeiro, caindo aos pedaços, com trilhos quebrados, rede aérea deficiente, muitos deles há anos sem levar ao menos uma pintura, necessitaram uma só ano gastos de mais de 106 milhões a título de «assistência técnica». Ninguém de boa fé pode acreditar em tamanho disparate! E, não obstante, a «Rio Light» tem a ousadia de mover contra o Estado uma ação em que exige deste uma indenização de bilhões de cruzeiros por conta da cobertura de seus falsos déficits no serviço de bondes.

#### «Aguamento»: roubo antigo

O «pagamento», a uma empresa do mesmo «holding», de enormes somas por conta de «consultas e serviços técnicos» inexistentes é apenas uma (mais conhecida e evidente) das várias manobras utilizadas pelas empresas do Grupo Light para disfarçar seus lucros.

O deputado Lycio Hauer denunciou há algumas semanas, na Câmara dos Deputados, uma outra forma muito utilizada — ainda que menos conhecida — de fraudar o art. 9º do Código de Águas, que limita o lucro das empresas de energia elétrica em 10% sobre o capital investido. Trata-se não de um aumento artificial da despesa — como a farsa das «consultas técnicas» — mas do aumento artificial do capital, através do chamado «aguamento». O processo consiste na «venda» de ações, que na realidade é uma doação de ações coberta pelos lucros existentes. Aparentemente, faz-se um aumento de capital, pela venda de ações: na realidade, os lucros estão sendo distribuídos, sob a forma de ações doadas, «aguando-se», inflacionando-se dessa forma, o capital.

Como observou o dep. Lycio Hauer o «aguamento» de capital representa uma fraude dupla contra o artigo do Código de Águas que limita o lucro a 10%: primeiro,

porque a doação («venda») de ações representa diretamente uma distribuição ilegal de dividendos e, segundo, porque inflando-se o capital aumenta-se, evidentemente, os 10% de lucro permitido sobre esse capital.

Já em 1939 o engenheiro e industrial Eduardo Guinle referia-se ao «aguamento» observando:

«A Light anuncia continuamente não poder pagar mais de 4% sobre o seu capital: isto penaliza os corações sensíveis dos brasileiros patriotas, que não querem ver empresas que não prosperam no Brasil.

Entretanto, ela pode fazer face, com 4% de juros, a um capital aguçado superior a 300 milhões de dólares. Ora, esses 300 milhões de dólares, ao câmbio atual, representam 3.600.000 contos de réis, adicionados aos outros milhões pela mesma empregados nos serviços de telefones, gás e viação, montam à cifra de cerca de 5 milhões de contos de réis trazidos ao Brasil pela Light, conforme certa imprensa tem publicado, para edificar os papalvos deste Brasil ingênuo.

Entretanto a verdade é muito outra, conforme estamos verificando. Esses milhões estão representados por ações «aguadas», nas mãos de «promotores» da Light, descobridores de um El-dorado sem igual no mundo.

Sómente um desses promotores, agora aposentado e, aliás, homem de valor, recebeu 50 milhões de ações, que não lhe custaram nem o papel e a tinta de impressão, pois certamente a Light os incluía nas despesas gerais. Esse «colado» recebeu, apenas, 4% sobre os seus 50 milhões, ou seja uma renda anual de cerca de 25 mil contos de réis, sem ter empastado um centavo.»

Isso foi em 1939. Hoje, ao que deixa supor a recente venda de ações ao «público» realizada pela S. Paulo Light, que em poucas semanas lhe aumentou enormemente o capital, o processo do «aguamento» continua em plena utilização.

A produção escravista sofreu uma mudança substancial. Tornou-se economicamente desvantajosa e, em consequência, os latifundiários começaram a dividir suas propriedades em pequenas parcelas, entregando-as, mediante determinadas condições, ou a antigos escravos alforriados, ou a cidadãos, antes livres, mas que se haviam arruinado e caído sob a dependência econômica dos grandes senhores. Os novos agricultores eram incorporados às parcelas de terra e não podiam ser vendidos a outro dono juntamente com as parcelas que trabalhavam. Já não eram escravos, mas uma nova camada de pequenos produtores, intermediária entre os homens livres e os escravos. Estes novos produtores, diferente dos escravos, tinham um certo interesse nos resultados do seu trabalho. Chamavam-se colonos e precederam os servos da gleba medieval.

De tal modo, nas entranhas da sociedade escravista iam sendo gerados os elementos de uma nova formação econômico-social: o feudalismo.

A transição da sociedade escravista para a feudal não se deu nem grandes resistências da classe moribunda dos senhores de escravos e, devido a isso, processou-se em meio a grandes lutas: insurreições de escravos, guerras e invasões dos povos submetidos ao jugo escravista. Assim aconteceu no Antigo Oriente, como na Grécia e em Roma. Dentre essas numerosas insurreições, destacou-se, notadamente, a dirigida pelo escravo Espartaco, que comandou legiões de escravos contra o Império Romano.

Roma, o último dos grandes Estados escravistas, foi destruída pelas invasões das tribos germânicas, eslavas, gaulesas e por outros povos, que se encontravam num estágio inferior de civilização: viviam no regime comunitário primitivo, se bem que já em fase de desagregação. Na vida dessas tribos, um grande papel era desempenhado pela comunidade rural, conhecida entre os germânicos pelo nome de marca. Com exceção das grandes extensões territoriais da aristocracia gentílica, a terra era propriedade da comunidade. Os bosques, as pastagens, as terras baldias e as águas eram utilizados em comum. Passados vários anos, os campos e pastagens foram sendo repartidos entre os membros da comunidade. Gradualmente, porém, as terras situadas nas imediações da casa começaram a transformar-se em usufruto hereditário de algumas famílias. A frente dessas tribos conquistadoras colocaram-se os chefes militares que possuíam, juntamente com os homens que compunham seus destacamentos, grandes extensões territoriais.

Havendo derrotado o Império Romano, essas tribos conquistadoras apropriaram-se de grande parte das terras do Estado romano e também dos grandes proprietários. Os bosques, prados e pastagens continuaram sendo usados em comum, ao passo que as terras cultiváveis foram repartidas, transformando-se em pequenas economias, que, com o correr do tempo, iam-se tornando a propriedade privada dos camponeses.

Assim se formou, dentro da comunidade, a camada do pequeno camponês independente, cuja estabilidade era, porém, precária. Em face do processo de diferenciação, foram eles se agrupando em duas categorias: as famílias ricas acomodadas e as famílias pobres. Mais e mais a terra ia-se concentrando em mãos das famílias ricas e os camponeses caíram sob a dependência pessoal dos grandes proprietários.

# Carne: Aumentos Absurdos Prejudicam Expansão do Mercado

O vereador Alberto Schroeter, da Câmara de Porto Alegre, e um dos membros da Comissão Organizadora do Congresso Estadual de Vereadores do Rio Grande do Sul, apresentou, para discussão e aprovação dos congressistas, teses sobre o problema do preço da carne e a situação da criação de rebanhos bovinos no Brasil. Em virtude dos elementos esclarecedores que o trabalho oferece, publicamo-lo, abaixo, na íntegra.

#### O preço da carne

Por motivos ligados à própria formação econômico-social do Rio Grande do Sul e por ter-se, desde os primeiros tempos, a pecuária apresentado como um dos estímulos das atividades produtivas do Estado, a carne se constituiu no alimento básico da população gaúcha. Nos últimos anos, entretanto, o consumo da carne bovina vem diminuindo de forma assaz acentuada, tendendo a desaparecer cada vez mais do prato das grandes massas consumidoras, especialmente no que se refere às camadas menos afortunadas da população. Como prova dessa assertiva, poder-se-ia simplesmente argumentar com os dados do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carne, que calcula a baixa do consumo do produto em Porto Alegre em 40%.

#### Carestia e baixa do consumo

A baixa do consumo da carne está ligada, naturalmente, a um fator geral, que é o alto custo da vida. Todavia, é de se salientar que a carne não sofreu apenas um aumento consentâneo com a espiral inflacionária, mas, mais do que isso, um aumento de preço em ritmo muito maior do que o correspondente a outros produtos alimentícios, bens de consumo ou serviços. A essa conclusão se chega facilmente comparando, por exemplo, para o período de 1950/60, a evolução do preço do gado vivo com a do custo da vida no Rio Grande do Sul. Os dados do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carne revelam que o quilo vivo passou de Cr\$ 2,70, em 1950, para Cr\$ 35,50 a Cr\$ 40,00, em agosto de 1960. Tomando-se, pois, o ano de 1950 como base, verifica-se que o preço do quilo vivo sofreu um aumento até meados do ano em curso avaliado em 1315 a 1481%. Segundo dados colhidos no Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade do Rio Grande do Sul, o custo de vida, no Estado, referido ao ano

de 1950, registrou até julho de 1960 uma elevação traduzida em mais ou menos 650%. O aumento do preço da carne, no período considerado, foi, por conseguinte, cerca de 2,3 vezes maior do que o registrado pelo custo da vida, fato esse que puxava ser devidamente considerado pelo poder público na defesa dos interesses populares.

#### Preço dificulta venda no exterior

O alto preço atingido pelo boi vivo não está causando apenas a redução do consumo da carne por parte da população, mas, além disso, vem nos afastando cada vez mais da possibilidade de venda do produto no mercado externo, uma vez que nossos preços atuais evoluíram a um nível superior ao dos preços do mercado internacional. É certo que o grande mercado para os pecuaristas brasileiros, de uma maneira geral, são os consumidores nacionais. Portanto, é fundamental que os preços do gado se estabeleçam dentro de limites razoáveis, tendo-se em conta, de um lado, um justo preço para os pecuaristas e, de outro lado, a capacidade aquisitiva da população. A opinião de muitos técnicos é de que o preço do boi vivo terá que baixar para Cr\$ 30,00 por quilo — preço vigente atualmente na Argentina e Uruguai — para que nossa indústria do frio possa funcionar economicamente na próxima safra. Sem isso, haverá paralisação da indústria do frio, o que, aliado à diminuição do consumo local, acarretará grave consequência, isto é, a destinação de enormes excedentes para o fabrico do charque, solução arcaica que a política do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes vem procurando acertadamente eliminar.

#### Lucros excepcionais.

É convicção generalizada que o boi vivo está sendo cotado a um preço exagerado, auferindo os pecuaristas, nos últimos anos, lucros excepcionais. Lamentavelmente, os lucros dos pecuaristas, especialmente considerando os dos grandes fazendeiros, não são aplicados no aperfeiçoamento dos métodos de criação, como seria a pecuária intensiva com base nas pastagens artificiais, que poderia dar um novo impulso à criação bovina no Estado, praticamente estagnada nos últimos vinte anos. Os lucros dos grandes fazendeiros, favorecidos pela política creditícia dos estabelecimentos oficiais com relação es-

pecialmente ao financiamento do charque, são predominantemente canalizados para a compra de novas áreas de terra, provocando, assim, uma elevação fantástica do preço da terra, que, por ação de retorno, força novamente a elevação do preço do boi. Enquanto isso, perpetuam-se os métodos rotineiros de criação. O desfrute médio de nossos rebanhos é de aproximadamente 12%, em comparação com 23% na Argentina e 43% nos Estados Unidos. Os animais são abatidos com quatro anos, quando podiam ser-lhe aos dois anos e meio. Outro índice altamente significativo é que a mortalidade por doenças e outras causas se eleva, anualmente, a cerca de 6% sobre o rebanho, o que equivale a mais de 50% sobre o abate.

#### Estimular a criação intensiva

Muito importante como fator de pressão no sentido de impulsionar a pecuária para a racionalização dos métodos de criação, seria, indiscutivelmente, uma política de tributação da terra que incidisse de forma fortemente progressiva sobre as grandes propriedades dedicadas à criação extensiva. De outra parte, tendo em conta a necessidade de baratear o preço da carne tanto para a indústria do frio como o consumidor local e, ainda, a conveniência de estimular a criação em moldes intensivos, impõe-se — a exemplo do que se vem fazendo com relação ao arroz e ao trigo — o estabelecimento do preço do boi com base no custo de produção. Enquanto não for adotada uma tal política de preços, no setor da carne, continuará a atual produção antieconômica, cujo ônus vem sendo pago pelo consumidor através de preços duplamente inflacionados. O controle dos preços, com níveis estabelecidos à base do custo da produção considerada razoavelmente econômica, conduzirá o pecuarista a preferir o aperfeiçoamento dos métodos de criação, com evidentes benefícios para a economia do Estado e a bolsa do sacrificado consumidor.

Em face do exposto, PROPOMOS que o II Congresso Estadual de Vereadores do Rio Grande do Sul se manifeste em favor do estabelecimento do preço do boi com base no cálculo do custo de produção, que estudos técnicos fixem próximo de Cr\$ 30,00 por quilo, o que permitiria vender o produto ao consumidor por não mais de Cr\$ 80,00, preço que realmente colocaria a carne no nível a que a inflação levou o dos demais produtos.

## Nota Econômica

## Panorama Cambial em 61

Se montassem «apenas» a 360 milhões de dólares os compromissos do Brasil no exterior, em 1961, já constituiriam motivo bastante para trazer preocupado aquele em cujas mãos recaísse a responsabilidade de enfrentar semelhante situação. Pois toda a receita cambial do país em um ano — e não há razão para supor que ele seja um ano diferente — não chega a superar em quatro vezes aquela cifra: situa-se, antes, em pouco mais do triplo. Pois bem. A esses 360 milhões de dólares que o Brasil deve pagar a credores diversos no estrangeiro, correspondentes a empréstimos tomados no passado, vão juntar-se os 100 milhões de dólares que deveriam ter sido pagos em 1960, mas não o foram, ao FMI (47 milhões) e ao Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos, elevando os compromissos do país em 1961 a quase meio bilhão de dólares. Em resumo: tendo o país uma receita cambial da ordem de aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões de dólares, já tem comprometidos, somente com o pagamento de débitos vencidos ou a vencer este ano, nada menos de 460 milhões; restam, pois, uns 700 milhões para atender a todas as demais necessidades de importação e serviços, que normalmente vão muito além desta última cifra.

O problema, todavia, está lançado e não há como ignorá-lo ou contorná-lo. Que fará o governo? A resposta a esta pergunta depende, num plano básico, da política a ser adotada pelo sr. Jânio Quadros. Se se decidisse a uma submissão dos esquemas do Fundo Monetário Internacional, tal como fez Frondizi, poderia, talvez, obter dos argentinos norte-americanos os dólares para saldar os compromissos, ou uma outra fórmula capaz de aliviar a pressão cambial em 1961. Em contrapartida, criaria tantos e tais problemas para a economia do país que mesmo um paralelo com o desventurado exemplo argentino não nos forneceria senão uma pálida antecipação da inevitável situação interna.

Poderia, ainda, adotar esquemas intermediários, mas também aí não encontraria solução e talvez nem mesmo paliativos, como os de que tem lançado mão o atual governo. Entretanto, se o governo do sr. Jânio Quadros tiver condições e disposição para aplicar uma política que convenha ao Brasil, poderá, senão resolver, pelo menos minorar as dificuldades que o aguardam logo no início do seu governo. No comércio exterior, poderá o governo aliviar o peso dos compromissos em moeda conversível, atribuindo maior ênfase às compras em outras áreas, notadamente nos países socialistas. É sabido que os dois principais itens individuais das nossas importações são constituídos pelo petróleo e o trigo. Cerca de 250 milhões de dólares são despendidos anualmente em tais compras. No que se refere ao petróleo, o Brasil poderá ir buscá-lo sem gastar um único dólar, na Rumania ou na União Soviética. Divulga há dias o Itamarati um balanço do comércio Brasil-U.R.S.S. em 1960, pelo qual verifica-se que esteve longe de ser atingido o teto previsto de 25 milhões de dólares para as trocas no primeiro ano. Por que isto

se deu? Essencialmente — e não importa que pretextos sejam alegados — devido às dificuldades opostas pelo lado brasileiro. Um exemplo: prevê um dos acordos assinados no Brasil pelos soviéticos, em maio último, a venda de 600 mil toneladas de óleo cru soviético. Entretanto, até esta data, só foi autorizada pelo Conselho Nacional do Petróleo a importação de 5 por cento daquele total, isto é, 30 mil toneladas. Por quê? As desculpas podem ser muitas e as mais esfarrapadas, mas no fundo o que existe é a oposição, aberta ou velada, das companhias estrangeiras, a que compramos óleo à União Soviética. Mero problema de soberania.

Outro exemplo: um dos nossos tradicionais fornecedores de trigo, a Argentina, recusa-se a vender-nos o produto a não ser que lhe paguemos em dólares. (Não vamos apreciar aqui o quanto esta atitude reflete as posições do FMI no país irmão, levando-o, até a ignorar o acordo bilateral com o Brasil, em vigor, para não falar na complementariedade de nossas economias). Por outro lado, o recurso aos estoques de trigo do governo norte-americano traz consigo uma consequência indesejável para a indústria nacional. Esse trigo, como se sabe, é pago em cruzeiros e se destina principalmente a financiar empresas norte-americanas no Brasil ou a constituir a parte em cruzeiros de empréstimos de estabelecimentos oficiais dos Estados Unidos. Também em relação ao trigo, resta ao Brasil a possibilidade de recorrer a mercado soviético, desafiando sensivelmente a situação cambial.

Entretanto, num caso como outro, torna-se necessária uma nova mentalidade de governo. É preciso ser posto de lado a concepção segundo a qual devemos uma vassalagem completa aos Estados Unidos. Mesmo porque, nem sequer na aparência, os «nossos amigos do Norte» mostram-se sensíveis a essa incrível subserviência. Aí está, recente e com todo o seu trazo de vergonha, o caso do açúcar para o mercado norte-americano.

A par de medidas como essas, teria ainda o governo que voltar suas vistas para a drenagem de divisas representada pelas remessas de lucros que só tendem a aumentar. Com efeito, as inversões estrangeiras nos últimos anos cresceram como em nenhum outro período da nossa história e dinheiro estrangeiro só vai para um país quando pode voltar para o seu multibilionário. Por isso mesmo, nenhuma oportunidade melhor do que esta para estabelecer o controle sobre as remessas de lucros.

Falou-se, ainda, na disposição do sr. Jânio Quadros de conseguir um empréstimo inglês para consolidar a dívida brasileira. Resta saber, obviamente, se a mesma disposição existe por parte dos banqueiros ingleses e em que condições. Desde já, ainda que conseguido, não constitui solução, não cura o mal. Proteja o governo, que irromperia mais grave, depois. Estas, porém, são apenas conjecturas. Os fatos, que não podem ser ignorados, dizem-se estar em alguma razão de ser.



PARTIDO COMUNISTA VENEZUELANO APONTA O CAMINHO:

# Derrotar o Entreguismo de Bettancourt e Constituir um Governo Democrático

NOVOS RUMOS publica nesta edição uma análise do Partido Comunista da Venezuela sobre a situação econômica, política e social do país, elaborada em outubro passado. Embora a declaração do PCV conserve ainda grande atualidade e tenha sido confirmada pela evolução dos acontecimentos, ela obviamente, não pôde examinar a nova conjuntura política e militar provocada pela virada à direita do governo de Bettancourt. Nos últimos dias de novembro e nos primeiros de dezembro a Venezuela foi abalada pela sangrenta repressão policial do movimento popular e democrático. A repressão visou especialmente o Partido Comunista, o Movimento Esquerdista Revolucionário e a União Democrática Republicana, que tiveram seus jornais fechados arbitrariamente, suas sedes violadas e saqueadas e militantes e dirigentes presos. As oficinas gráficas dos diários e semanários «Tribuna Popular», «URD», «Izquierda», «El Pueblo», «Dominguito» e outros foram invadidas e parcial ou totalmente destruídas.

Os objetivos políticos da manobra ditatorial de Bettancourt são muito claros. Em primeiro lugar, trata-se de uma tentativa de desviar a atenção do povo da situação calamitosa da economia venezuelana, cada vez mais dependente do imperialismo lanque, e do nível de vida do povo. Em segundo lugar, a repressão procura introduzir um elemento de divisão no processo de unificação das forças populares da Venezuela, procurando evitar que círculos do próprio partido de Bettancourt, a Ação Democrática, se unam ao movimento antiimperialista e democrático. Finalmente, como o Congresso venezuelano está iniciando a elaboração da nova constituição do país, Bettancourt e seus «assessores» militares procuram criar um clima antidemocrático para impedir a votação de uma Carta Magna que consagre os direitos do povo.

Iniciando seu governo num clima democrático e garantido pela Junta Militar, que derrubou a ditadura de Perez Jimenez, encabeçada pelo almirante Larrazabal, Bettancourt conta agora, de seu antigo «gabinete de coalisão», somente com o apoio de parte de seu partido e com a proteção dos militares entreguistas e antidemocráticos, e a cobertura política dos latifundiários representados pelo COPEI.

O Comitê Central do Partido Comunista analisou em sua última reunião a situação em que vive a Venezuela e chegou às seguintes conclusões:

### A reviravolta

O Partido Comunista afirmou, no XXI Pleno, realizado em novembro de 1959, e, posteriormente, que a crescente atividade golpista e o triunfo da orientação direitista predominante no governo aguçavam uma crise política no país.

Diante de tal situação, colocamos a tarefa de lutar por uma mudança na política oficial que se identificasse com as necessidades progressistas e democráticas da nação venezuelana.

O Partido Comunista assinou, que, se não se realizasse uma mudança progressista, as conquistas de 23 de janeiro naufragariam ante a ofensiva das forças reacionárias. Que a forma de evitar isto era imprimir um rumo diferente à equipe do governo de coalisão.

Que se não se realizasse a mudança, a estabilidade democrática perigaria, seria ainda maior a distância entre o povo e o governo, se acentuaria o perigo golpista.

Que se se continuasse com uma política orientada no sentido dos interesses do setor antinacional da burguesia e dos monopólios norte-americanos, aumentariam as privações das massas populares. Que se não se realizasse a mudança, o fracasso deste governo seria inevitável.

Os acontecimentos se desenvolveram tal como havia previsto nosso Partido.

A política traçada pelo Comitê Central naquela ocasião contribuiu para desmascarar a capitulação crescente do governo. Impulsionou o processo de determinação e diferenciação das diversas forças políticas. Permiteu elevar a consciência revolucionária de importantes setores que estavam unidos ao Governo e aos Partidos do Ponto Fixo. Ajudou a estruturar um movimento de oposição à direção entreguista do Governo.

### Por que triunfou o grupo capitulador?

Por que triunfou no Governo o grupo capitulador? Isto aconteceu, em primeiro lugar, em virtude da natureza de classe do Governo formado em fevereiro de 1959, que se diferenciava muito pouco da que surgiu em janeiro de 1958. Essa natureza de classe fazia com que predominassem os interesses da grande burguesia venezuelana vacilante e conciliadora diante dos monopólios norte-americanos. O auge do movimento de massas neutralizava, no aspecto político, a ação destes interesses. Permitia colocar-se a possibilidade de uma mudança favorável ao país, sempre e na medida em que os elementos progressistas no Governo se apoiassem no movimento de massas e fizessem seus portavozes no seio do Governo.

Em segundo lugar, houve a frente que pôde impedir a ação dos capituladores e introduzir mudanças importantes na vida nacional. Ficou no plano das possibilidades não se estruturou firmemente, não conseguiu traçar e desenvolver para si um claro programa de luta política e social. Não pôde alcançar nascer e desenvolver os setores patrióticos para

evitar que se chegasse à situação que descrevemos.

Os setores democráticos já perderam, sem dúvida alguma, toda influência e peso nas decisões governamentais mais importantes. Por sua vez, o grupo capitulador passou a desempenhar o papel predominante. Sob a direção deste grupo, o Governo se subordina cada vez mais aos interesses dos monopólios norte-americanos, como o mostram os resultados da Conferência de Chanceleres em Costa Rica, onde a nossa soberania foi hipotecada; a traição a Cuba, contrariando o sentimento nacional; as negociações com a Reynolds Metal, apesar de existir oposição por parte do PCV, do MIR, da URD e de um grupo de parlamentares entre os quais se encontram militantes da AD; a fusão da Linha Aeropostal com uma subsidiária da Pan American (Avenas); a contratação de novos empréstimos e a aceitação do critério do Fundo Monetário Internacional; o rumo anticomunista que é imprimido ao Governo; a repressão contra outros setores antiimperialistas e revolucionários; a restrição pública e velada da liberdade de expressão, de manifestação e outras; o apodrinamento da política de divisão e de assalto à mão armada ao movimento sindical; a inépcia administrativa.

### Aguçase a crise, falências, empréstimos, baixa da receita

Todo este panorama se complica porque a desorientada gestão oficial aguçou a crise econômica.



### Bettancourt: passado e presente

A política fiscal em matéria de receitas é inteiramente contrária aos interesses nacionais.

Teme os monopólios norte-americanos, que aproveitam para violar nossas leis, como é o caso das companhias petrolíferas que levaram à prática as ameaças de 1958 por motivo do Decreto de Reforma do Imposto sobre a Renda, ocasionando, mediante uma simples manipulação de preços (baixa no óleo cru e alta no refinado), perdas fiscais à Venezuela estimadas em cerca de oitocentos milhões de bolívares em menos de dois anos. Permite que as companhias de ferro diminuam seus pagamentos ao fisco, mantenham um preço arbitrário sobre nosso rico mineral enquanto aumentam sua produção. Teme adotar um conjunto de disposições legais que forneceriam ao Estado somas consideráveis para enfrentar a crítica situação em que vivemos. Querem compensar esta falta de consciência nacionalista em matéria tributária contraindo empréstimos internacionais que nos submetem ainda mais aos monopólios norte-americanos e hipotecam o futuro do país.

Em matéria de despesas procede-se de forma irresponsável. Foram gastos

Milhares de estudantes de Caracas participaram do enterro público das vítimas do massacre policial. Um dos cartazes, visto na foto, espelha bem a carreira política do atual presidente venezuelano, de passado esquerdista e agora transformado em agente do imperialismo lanque: «Bettancourt, o povo te trouxe do exílio... agora tu és assassino dele». O ex-líder popular se apóia hoje exatamente nas forças reacionárias do latifúndio, da oligarquia militar e da burguesia dependente do imperialismo que sustentaram a ditadura de Pérez Jiménes

quase vinte bilhões de bolívares desde janeiro de 1958.

Os gastos reprodutivos baixaram de 44% em 1958 a 35% em 1959. Estende-se a rede burocrática, ao mesmo tempo que aumenta a ineficiência administrativa.

Os fundos do Estado evaporam sem deixar vestígios. Não se executa nenhuma obra importante.

A siderurgia continua sem funcionar, nem mesmo parcialmente, apesar de se ter feito a primeira prova na fábrica de tubos em meados de 1958 e de se ter prometido que estaria produzindo no primeiro trimestre do presente ano. Ainda não se sabe, entretanto, o que fazer. Não se constrói a comunidade siderúrgica e não se anunciam os planos concretos para torná-la realidade, enquanto continuam se estragando as instalações por falta de uso. A indústria petroquímica se debate numa rede burocrática e de agentes estrangeiros hostis aos técnicos venezuelanos, que não dá qualquer impulso aos prédios em construção, convertendo-se numa nova carga econômica para o país, quando devia ser, juntamente com a Siderurgia, alicerce principal de nosso desenvolvimento industrial indepen-

dente. A Empresa Nacional Petrolífera nem sequer figura no Plano Quatrienal. Pretende-se entregar a eletricidade do Caroni a monopólios norte-americanos. Negam-se as somas necessárias ao crédito camponês, colocando em sério perigo as colheitas, ao mesmo tempo que são realizados gastos desnecessários em outros Departamentos.

Os empréstimos contraiados serão empregados na construção de auto-estradas. Volta-se à política de inversão dos fundos em obras que não criam fontes permanentes de trabalho, que não contribuem para o desenvolvimento de nosso potencial produtivo.

Um mal-estar geral apodera-se de todos os negócios. As falências se sucedem diariamente. Cresce o número das execuções hipotecárias. Um minúsculo grupo de usurários e grandes capitalistas, baseando-se na ruína de pequenos proprietários e pequenos capitalistas, concentra em suas mãos de forma escandalosa enormes somas de dinheiro. Os capitais continuam emigrando para o exterior, aumentando nosso déficit de divisas; as economias diminuem nos bancos e o dinheiro torna-se cada dia mais escasso, instalando-se o pânico entre muitos homens de

negócios. O Governo apresenta, pela boca do Presidente e do Ministro de Fazenda, um panorama que não corresponde à realidade.

### A crise golpeia duramente as massas

A situação das massas se torna difícil e aflitiva. O desemprego alcança cifras que jamais haviam sido registradas. Mais de 300.000 trabalhadores figuram na lista dos desempregados. A ofensiva contra o emprego, os salários e as condições de vida, é brutal. As companhias petrolíferas e do ferro procedem a reajustamentos de seu pessoal, ao mesmo tempo que aumentam sua produção e elevam seus lucros. Os capitalistas nacionais reduzem o pessoal. Anuncia-se que no final do ano centenas de empresas não pagarão abono o que representa um período de festas de fome para os que trabalham. Para os desempregados a perspectiva é mais desesperadora. O governo mantém uma política antioperária de congelação de salários, de negação e escamoteamento do direito de greve e de apoio e aprovação aos patrões em detrimento dos trabalhadores. O custo de vida se eleva sem cessar; os dados dos organismos oficiais não passam de um pâli-

do reflexo da realidade. A Lei do Inquilinato é piorada mediante seu Regulamento, acrescentando-se a isso as manobras dos senhores e a indulgência oficial.

A Lei de Reforma Agrária é burlada. Os camponeses que puderam semear não têm créditos para fazer as colheitas e tiveram de recorrer ao «mutirão», enquanto uma imensa massa de camponeses ainda carece de terras para trabalhar. A falta de recursos econômicos para o BAP fará com que as colheitas que os camponeses conseguirem realizar caiam em mãos dos açambarcadores. A Reforma Agrária a contagôs, feita de cima para baixo, não satisfaz as necessidades de terra de importantes núcleos camponeses, que dentro de muito pouco tempo se verão obrigados a adotar novas formas de luta para romper o burocratismo e o formalismo que entravam o desenvolvimento da reforma agrária camponesa. Isso beneficia as grandes propriedades de terra que viram na venda de seus propriedades ao IAN, a preços elevados, uma maneira de realizar grandes negócios.

### As massas populares enfrentam a ofensiva

As massas trabalhadoras da cidade e do campo não aceitam esta política, exigem respeito às liberdades democráticas e efetiva solução dos problemas nacionais. As forças de esquerda, vanguarda experimentada do movimento popular, tomam consciência do desastre nacional para onde o atijal (Concluí na 4.ª página)



### Estudantes unidos no protesto

As manifestações de novembro e dezembro na Venezuela iniciaram-se com os movimentos dos operários da telefonia e dos estudantes secundaristas em greve em defesa de seus direitos. A polícia sanguinária de Bettancourt reprimiu selvagemmente as manifestações, prendendo e matando estudantes e operários. Com isso, o movimento popular se aguçou, já agora em defesa dos direitos democráticos violados pelo governo, inclusive no que diz respeito à liberdade de imprensa, de reunião e pensamento. A foto mostra uma manifestação pela libertação de líderes estudantis

# Derrotar o Entreguismo de Bettancourt e Constituir um Governo Democrático

(Conclusão da 2ª página)  
 Governo leva a nação, desmascaram os capituladores em cada oportunidade. Esta atitude das massas populares é um dos fatores mais importantes que contribui para aprofundar as contradições no seio do governo, para pôr em evidência sua essência de classe e para reagrupar forças a fim de impor uma nova política em nosso país política de administração honesta e eficaz, de espírito nacionalista e popular, de solução audaz e efetiva dos problemas nacionais e populares.

## A política de capitulação estimula o golpe reacionário

As forças golpistas progredem em seus planos e colocam o país à beira da violência. Há uma conspiração com fortes vinculações no seio das forças armadas, inspirada pelos monopólios norte-americanos, em cumplicidade com a satrapia dominicana. Ninguém deve se iludir com esse golpe. Independentemente da roupagem com que se cubra, da fraseologia que utilize e da tática que possa adotar, seria um golpe de essência ultra-reacionária, do qual o país nada pode esperar de bom.

O governo de coalisão está a par destas manobras golpistas. Sua própria política forneceu as bases para esta ameaça de retrocesso que vivamos. O governo se mostra tão tímido como em novembro de 1948. Não se atreve lutar contra os golpistas. Seu medo às massas, sua posição vacilante e sua orientação anticomunista facilitam os planos dos conspiradores.

Os golpistas se baseiam nas experiências das últimas intenções de Castro Leon, do atentado contra o Presidente e da fracassada tentativa do Tenente Saldivia, quando as massas demonstraram sua frieza e indiferença em defender um governo que escamoteia suas reivindicações, que os põe no pa-lourinho e que joga bombas nos desempregados quando estes reclamam trabalho. Os golpistas confiam numa possível inibição popular, ao mesmo tempo que exploram em seu benefício a incapacidade do grupo que orienta a política oficial.

## Por que certas forças reacionárias trabalham para derrubar o governo

Para alguns é incompreensível o fato de que, se o governo realiza no fundamental a política dos monopólios norte-americanos e da grande burguesia venezuelana, outras forças reacionárias ligadas também ao imperialismo queiram derrubá-lo.

A razão está em que estes elementos reacionários do perexijonismo e outras forças antidemocráticas aspiram a um regime abertamente terrorista. Desejam esmagar de forma violenta o movimento operário e liquidar completamente as liberdades democráticas e os partidos populares.

Querem um governo de «forças», sob o qual o povo não tenha direitos e a entrega se verifique sem qualquer máscara, de forma aberta e descarada.

Querem impedir que a consciência nacional e o reagrupamento popular contínuem sua linha de desenvolvimento e aspiram a detê-la com o golpe reacionário. Confiam em que uma liquidação física dos dirigentes do movimento de massas poderia deixá-las desgobernadas e garantir a consolidação de uma nova ditadura.

Ao que parece, não se preocupam com o fato de que estes planos possam conduzir o país à guerra civil. Desejam simplesmente satisfazer os interesses aos quais servem e seus gastos pessoais de comando e de enriquecimento.

Os comunistas não vacilam de forma alguma em relação à apreciação do golpe que se encontra em marcha neste momento. Não haverá vacilação de nossa parte na hora de defender as liberdades democráticas.

Não somos indiferentes às formas como as classes dominantes exercem o poder. Não subestimamos a diferença que existe entre um regime ditatorial e um regime de liberdades democráticas. Valorizamos em toda a sua importância estas liberdades e, precisamente por isso, as defendemos contra os ataques que lhes são feitos, uma vez que é uma lei social que o ataque contra elas é parte decisiva da política daqueles que servem de agentes colonizadores.

A defesa das liberdades democráticas facilitam o agrupamento das forças necessárias e dispensáveis para as transformações na estrutura econômica do país. Díssemos que a atual base econômica semicolonial e semifeudal tende

para a reação política, a debilitar as liberdades democráticas, a socavar as bases de todo governo popular. Por isso, é imprescindível, para conseguir a verdadeira estabilidade de um governo democrático, que se ponham estas liberdades em consonância com uma base econômica também democrática.

## A política dos Estados Unidos na América Latina

Quanto à posição dos monopólios norte-americanos, é preciso observar que eles fazem os dois jogos. Os imperialistas aproveitam e estimulam a política capitulacionista do governo, mas não podem dissimular seu descontentamento pela atuação legal dos partidos revolucionários, pela crescente atividade sindical, pela elevação progressiva do movimento camponês. Utilizam a política golpista para fazer chantagem e obter concessões do governo em troca de seu apoio. Alimentam, por sua vez, o golpe, apoiando-se nas forças mais reacionárias de nosso país.

Por outro lado, não podemos julgar de forma simplista e mecânica a política do Departamento de Estado em relação a nossos países. É indubitável que existem diferenças de matizes entre os que orientam sua política externa. Há os que querem voltar aos governos de força. Mas há os que desejam exercer domínio sobre nossos povos através de governos não terroristas, que guardem certas formas liberais, que utilizem a demagogia como meio para enganar as massas, que verbalmente discutam e critiquem algumas atividades dos Estados Unidos.

Assim surge a posição daqueles que no próprio Departamento de Estado querem colocar no esquecimento o apoio norte-americano às ditaduras latino-americanas.

Isto é muito mais claro se o concebemos dentro do quadro latino-americano e mundial, que se caracteriza por um ascenso inusitado das massas, por um movimento de libertação, por lutas populares pela independência e a soberania nacional. A frente destes movimentos da América Latina estão Cuba e seu Governo Revolucionário presidido pelo Dr. Fidel Castro.

O Departamento de Estado não pode, por mais que queira, fugir destas realidades. Daí aparecer também a tendência «frondizista».

Um futuro de violência paira sobre o país. Há, por um lado, as manobras golpistas; por outro, a política de ameaça de liquidação das liberdades democráticas, de proibição dos partidos populares, a repressão policial, o reativamento do «sectarismo» e do desejo de impor decisões nas organizações de massas, à base da «lei do revólver».

Tudo isso poderia levar a lutas fratricidas dentro do movimento operário e popular, facilitando assim a ação dos inimigos do povo e enterrando as conquistas alcançadas em 23 de janeiro.



Cercados pela polícia, espancados, vítimas dos tiros e das bombas, os estudantes de Caracas reagiram, defendendo-se com paus e pedras das arbitrariedades dos beaguns de Bettancourt. Durante vários dias, as ruas da capital venezuelana foram sacudidas pelas manifestações estudantis, operárias e de solidariedade que persistiram mesmo depois da decretação do estado de sítio. Os jornais, partidos políticos e organizações que apoiaram os manifestantes também foram objeto da perseguição promovida por Bettancourt e os generais reacionários.

## Povo reagiu

O governo de coalisão é a responsável direto por esta situação. O grupo capitulador governante abre, com sua política antipopular, o caminho à violência reacionária.

A política governamental leva a Venezuela à catástrofe econômica e ao aguçamento dos problemas das massas. Tudo indica, aos 20 meses de constitucionalidade, que o governo fracassou.

O governo de coalisão volta as costas aos compromissos contraiados com os eleitores de 7 de dezembro e não corresponde ao programa das forças democráticas e populares que estão presentes nos Partidos Ação Democrática, URD, MIR e PCV e inclusive em camadas do Partido Copei.

Tudo indica que o atual governo é incapaz de indicar ou realizar transformações progressistas na estrutura da economia nacional; é incapaz de assegurar ao país a estabilidade democrática e ao povo venezuelano uma melhoria em suas condições de vida e de trabalho.

Impõe-se como tarefa derrotar a política capitulacionista do governo e lutar pela formação de um governo democrático e patriótico.

A salvação do país não está numa simples mudança de ministros, nem em acordos formais de coalisão.

Uma política identificada com o povo só pode ser realizada por um governo no qual o papel principal seja exercido pelas forças e classes progressistas e populares. Uma política de independência e soberania nacional só

pode ser impulsionada por um governo patriótico e democrático. Esta é a grande experiência da Venezuela de 23 de janeiro e que dimana da atuação dos governos que se sucederam a partir desta data histórica. Tal ensinamento deve converter-se no ponto de referência de toda a política popular. Tal ensinamento deve servir para educar as massas na ideia do poder político. Não se pode pensar em soluções vantajosas para elas e para a nação sem que sua participação ativa determine o rumo que o governo deve seguir.

Ante o movimento democrático, antimonárquico e antiféudal colocam-se grandes tarefas para evitar que a Venezuela trilhe um caminho de violência, para salvar a Pátria de males maiores, para impedir que continue em marcha o processo de colonização e para que se converta num país livre, soberano e independente.

O governo de coalisão passou a ser o obstáculo para a obtenção destes objetivos.

## Conserva-se a coalisão para encobrir uma política anti-popular

O Partido Comunista concordou com um governo coligado que tivesse como finalidade atacar a solução dos problemas nacionais e populares, agravados durante o período da ditadura, aglutinando para isso o maior número de forças.

Mas esta coalisão — como o confiou o Presidente da República — já não tem essa finalidade, e sim a de

«isolar e segregar» os comunistas e demais forças populares e revolucionárias.

Quer-se conservar a coalisão para manter encerrados nela setores progressista que, ao livrar-se destes compromissos, viriam a fortalecer o torrente oposicionista e aumentar as possibilidades de derrotar a política capitulacionista e de formar um governo que dê soluções populares aos problemas nacionais.

A permanência destas forças progressistas no seio do governo já atua contra elas mesmas e as responsabiliza por uma política repudiada pela maioria dos cidadãos e por seus próprios militantes. Não há justificativa para compartilhar de medidas e resoluções com as quais não se concorda. Não há razões que justifiquem a humilhação a que são submetidas estas forças, às quais se concede como uma graça o direito de discordar que, na prática, se traduz em prolestar mais aceitar atos que, como disse o Dr. Jovito Villalba, hipotecam a soberania nacional.

Há setores na AD que querem a ruptura com a coalisão para constituir um governo monopartidário. Atribuem o fracasso do governo ao fato de ser tripartidário. Procuram galvanizar seu partido com a ideia de que um governo exclusivamente ação-democrático seria mais operativo e poderia progredir na execução de um conjunto de obras. Esta tese, além de falsa, traria resultados contraproducentes a seus patrocinadores. A constituição exclusivamente monopartidária deste governo implicaria um reativamento do sectarismo.

mo partidário, facilitando ainda mais o trabalho dos grupos golpistas reacionários.

O fracasso deste governo não se deve ao fato de ser de coalisão. Deve-se ao fato de sua direção não estar em mãos de setores nacionalistas e progressistas. Deve-se ao fato de não ter uma orientação disposta a enfrentar os poderosos interesses monopolistas norte-americanos, dos latifundiários; a não se atrever a depurar as Forças Armadas e a Administração Pública; a desconfiar do povo e vacilar ante os inimigos. Estas são as causas de seu fracasso.

Além disso, o governo de coalisão está cindido por profundas contradições entre seus membros, o que o torna cada dia mais instável e transitório.

A derrota da atual política e a luta pela formação de um governo democrático e patriótico é uma exigência que está em consonância com a realidade nacional, com a paciência das forças sociais existentes no país e com a atual situação internacional.

Existe na Venezuela uma maioria democrática à qual cabe governar e decidir a política nacional. Esta maioria está representada pela classe operária, pelos camponeses, pelas classes médias e a burguesia nacional.

No plano político, está representada, juntamente com o Partido Comunista e com o Movimento de Esquerda Revolucionária, pelas massas e dirigentes patrióticos de Ação Democrática e da União Republicana Democrática, bem como pelas massas e personalidades sem partidos. Além disso, por importantes setores das Forças Armadas.

O Partido Comunista não levanta bandeiras de ódios e sectarismo; não só reclama um governo que inclua determinados setores progressistas e democráticos, mas também uma política e um governo que correspondam a todo o povo, às forças sadias e nacionais que formam a imensa maioria em nossa pátria.

O Partido Comunista conclama à unidade para salvar o país da violência, para garantir-lhe um desenvolvimento econômico independente.

O Partido Comunista estende sua mão amiga aos que querem, juntamente conosco, marchar nesta direção. Consideramos que as lutas fratricidas no seio do movimento sindical, camponês, estudantil e popular, beneficiam a nossos inimigos, debilitam as forças do povo. Não há divergências no seio do movimento de massas que não possam discutir em termos amistosos, para encontrar sempre um caminho de unidade visando a obtenção de melhores condições de vida e de trabalho para nosso povo, de prosperidade e felicidade para nossa pátria.

O Partido Comunista apela para o sentimento democrático dos venezuelanos para derrotar a falsa política governamental que nos conduz a uma maior colonização do país e agrava os problemas das massas.

O Partido Comunista conclama para a luta pela formação de um governo democrático e patriótico, expressão da imensa maioria dos venezuelanos.

Caracas, outubro de 1960

Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela.



## Violência e contraviolência

Grande número de veículos, tanto coletivos como da polícia, foram incendiados pelo povo de Caracas durante as manifestações de novembro e dezembro. Somente da polícia, cerca de cem viaturas foram queimadas. Por todo o país, as manifestações se multiplicaram, principalmente em Maracay e Mérida. Nos círculos políticos democráticos, a repressão antipopular, prenúncio claro da instalação de uma ditadura militar de direita, foi veementemente condenada. Apenas a ala direita da Ação Democrática, partido de Bettancourt, e o COPEI, latifundiário-cristão, continuam em tiens

# O AUTO-RETRATO DO SR. PERALVA

## Teoria e Prática O Que é o Marxismo?

MÁRIO ALVES

O que mais repugna no livro «O Retrato», de Osvaldo Peralva, é a hipocrisia com que o autor — ex-militante comunista — tenta apresentar uma «justificação moral» não apenas para a sua deserção do comunismo, mas para uma obra de pura e simples delação policial. Peralva investe contra o movimento comunista em nome da «dignidade humana» e das «liberdades nacionais e individuais», proclama-se partidário do «socialismo democrático» e do «dever moral de tornar melhor e mais belo o mundo». Nenhuma dessas frases poderá, entretanto, ocultar o fato de que o seu autor vendeu de modo infame o seu passado revolucionário e delatou à polícia o movimento a que pertenceu, à polícia política o movimento a que pertenceu, «escrevendo colaborações pagas nessas tribunas da «dignidade humana» que são o «Estado de São Paulo» e o «Jornal do Brasil».

da comunidade primitiva, era retrógrada em face do capitalismo e mesmo da servidão feudal.»

Al está, em nitido flagrante, o retrato ideológico e moral de Peralva. Será somente ignorância ou desonestidade consciente essa comparação do bem-estar material dos trabalhadores chineses, apenas dez anos depois da revolução que os arrancou do atraso milenar, com o nível de vida dos países que há muitos dezoito de anos desenvolvem as forças produtivas modernas em bases capitalistas? Não saberá Peralva que em 1949 a produção industrial da China representava apenas 10% do valor total da produção, sendo impossível em dez anos somente, aquele país superar os índices de produção e consumo «per capita» dos países capitalistas desenvolvidos — sobretudo quando se trata de uma nação de 650 milhões de habitantes, cuja população cresce à razão de 12 milhões de pessoas por ano?

brasileiro há alguns anos. Recordar esse passado recente é necessário, para que suas lições não se apaguem. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, além de assinalar os grandiosos êxitos do sistema socialista, denunciou graves erros e distorções no movimento comunista: o culto à personalidade de Stalin; a transgressão dos princípios leninistas na vida interna do PCUS; a violação da legalidade socialista na URSS; a infração do princípio internacionalista nas relações entre os Partidos Comunistas e os países socialistas. Esta denúncia abriu caminho a que o movimento comunista mundial passasse a discutir a manifestação de erros semelhantes em outros Partidos e em outros países. Manifestavam-se, assim, contradições internas em nossas fileiras. A luta para superá-las — condição inevitável e necessária para a correção dos erros e o avanço do movimento — não podia deixar de causar certo abalo, sobretudo naqueles partidos onde as distorções haviam sido mais profundas.

própria essência — o espírito revolucionário consequente, incompatível com a acomodação à ideologia capitalista, seja ela representada pelo nacionalismo burguês ou pelo pretensioso «socialismo democrático».

Os revisionistas perderam a perspectiva da história. Não compreendem, nem podem compreender, o que dizia Lênin: «Todos os partidos revolucionários, que sucumbiram até agora, pereceram por causa de sua presunção e porque não se davam conta de que constituía sua força e tinham falar de suas fraquezas. Nós não sucumbiremos, porque não tememos falar de nossas fraquezas e aprenderemos a superá-las.»

Quatro anos se passaram desde o XX Congresso do PCUS e o surto revisionista no Brasil. Ao contrário do que profetizavam os «cleróicos» do Sinédrio, o sistema socialista não se decomps — fortaleceu-se ainda mais e avança rapidamente para superar o capitalismo em todos os terrenos. Não se decomps também o Partido Comunista do Brasil. Esforçou-se para corrigir seus erros, manteve a unidade de suas fileiras, continuou a desfilar sua bandeira de luta, uniu-se mais profundamente ao movimento operário e à luta antiliberista do povo brasileiro.

Peralva quis pintar o retrato do PCB. Não conseguiu, porém, senão traçar o quadro da degradação dos revisionistas, o quadro da sua própria degradação.

Peralva necessita dessas pretensas justificativas morais para esconder a essência da atitude sua e de outros que o acompanharam nas aventuras fracassadas do Sinédrio e do grupo de Agildo Barata e capitulação vergonhosa em face das forças dominantes na sociedade atual, a pusilanidade da ofensiva do imperialismo e de sua máquina de propaganda, a covardia moral em um dos momentos mais difíceis da luta revolucionária. Em 1956-1957, os comunistas se encontraram diante de um desses momentos críticos, quando o inimigo conseguiu, explorando nossos próprios erros e defeitos, introduzir em nossas fileiras o ceticismo, a desconfiança e a confusão. Resistiram os que tiveram firmeza moral e ideológica. Outros, como Peralva, capitularam.

Únicamente os ingênuos poderiam pensar que se trata de ignorância. Na realidade o traidor, premido pela necessidade de justificar a traição, não hesita em recorrer à arma que lhe é fornecida pelos arsenais do inimigo: a falsificação deliberada dos fatos, a mistificação desavergonhada sob o disfarce de conclusões sociológicas. Mas, por que Peralva recorre ao exemplo da China — onde o atraso era milenar e a revolução socialista venceu há dez anos apenas — para estabelecer uma comparação entre o socialismo e o capitalismo? Por que escamoteia o exemplo da União Soviética, que há quatro décadas era um país incomparavelmente mais atrasado de que os países capitalistas, quanto aos índices de bem-estar material, e hoje não só superou a maioria desses países nos índices globais de produção e consumo como caminha rapidamente para superar, nos índices de produção «per capita», inclusive o país-líder do capitalismo — os Estados Unidos?

Como sempre, o inimigo buscou sacar proveito de nossa autocrítica. Aquêles erros eram apontados pela propaganda imperialista, pelos ideólogos do nacionalismo burguês e do chamado «socialismo democrático» como males inerentes ao regime socialista e aos partidos marxista-leninistas, e não como desvios em relação aos princípios comunistas. Foi sob a influência dessa propaganda que alguns membros do PCB se lançaram à fracassada aventura revisionista do Sinédrio, do grupo de Agildo Barata e de «Novos Tempos». Por sua vez, os dirigentes mais responsáveis do Partido na época favoreceram na prática o surto revisionista, ao se empenharem na defesa de posições sectárias e dogmáticas.

Rendendo-se aos ataques do inimigo, os integrantes daqueles grupos revisionistas — entre eles Peralva — interpretavam a autocrítica do movimento comunista, sinal de vitalidade e honestidade, como a falência do comunismo. Em vez de considerarem os erros como desvios em relação aos princípios, e lutarem pela restauração das concepções marxista-leninistas em sua plenitude, propuseram-se a tarefa de vilipêndiar o comunismo a pretexto de «renová-lo» — e terminaram prosternando-se diante da ideologia burguesa. Uns renegaram abertamente o movimento comunista e aderiram de corpo e alma ao inimigo — como Peralva e Barata. Outros continuaram como membros do Partido, mas sob a influência das ideologias revisionistas, oscilando entre o ceticismo sistemático e a vacilação ideológica. Alguns ingressaram no caminho da autocrítica.

Não há que buscar o essencial do livro de Peralva no extenso relato cinematográfico, com pretensões sensacionalistas de folhetim policial, entremeados de distorções intencionais e de interpretações capciosas. Porque toda essa reportagem desprovida de veracidade e recheada de cinismo, no melhor estilo dos Kravchenko e dos Ravines, não serve senão para tentar justificar as quatro páginas finais, onde o autor proclama sua descarada adesão ao capitalismo ao regime de exploração do homem pelo homem.

Estamos nos referindo a fatos comprovados e admitidos hoje até pelos técnicos do Itamarati. Demonstraram eles que o «bolchevismo» é um regime atrasado e inferior ao dos países capitalistas adiantados, ou demonstraram apenas que o ex-comunista Peralva converteu-se em um apologista cínico do capitalismo, em um idólatra do bezerro de ouro?

Esta é a lição dos fatos: o revisionismo significa a perda de confiança nas forças do socialismo e da classe operária, significa a pretensão de renovar o marxismo abandonando a sua

O postfácio da «O Retrato» é, realmente, a chave-ou-ouro da degradação do seu autor. Peralva investe contra o «comunismo de tipo leninista». Comparando a China de hoje com a velha China, reconhece a contradição que o bolchevismo deu-lhe enorme avanço e admite que é admirável o esforço dos operários e camponeses. «Contudo — acrescenta — isto não lhes proporcionou o bem-estar material de que gozavam os cidadãos em países como a Suécia, os Estados Unidos ou mesmo o sul do Brasil». E conclui: «Assim, se a nova China representa um avanço em face da velha China, constituindo ainda, por outro lado, um regime atrasado e inferior ao dos países capitalistas adiantados, da mesma forma que a escravidão, sendo progressista em face

Como leitor F. A. de Belo Horizonte, pede-nos para explicar o que é marxismo e indicar a bibliografia mais acessível, no momento atual.

Não se pode dizer que o marxismo é apenas uma filosofia, ou apenas a ciência econômica ou a teoria da luta de classes do proletariado. Ele é um conjunto homogêneo de três ciências: uma filosofia — o Materialismo Dialético; uma doutrina econômica — a Economia Política marxista; e o movimento social da era do capitalismo, cuja base material são as contradições, as leis e o desenvolvimento da produção e da luta de classes — isto é, o Socialismo moderno. Esses três componentes formam um todo único. Lenin dedicou-lhes um artigo especial — «Três fontes e três partes integrantes do marxismo», onde mostra que cada um desses ramos surgiu do próprio desenvolvimento da produção, da sociedade e das ciências, até o século XIX. O marxismo tem, assim, premissas teóricas, científicas e sociais que criam condições maduras para seu surgimento. A base, a coluna mestra desse conjunto é sua parte filosófica: o Materialismo Dialético. É este, como o nome indica, é a unidade orgânica da concepção materialista, da maneira materialista de compreender o universo em que vivemos — e do método dialético que serve de instrumento para a investigação e a conquista desse universo. Compreender o mundo de maneira materialista — dizia Engels — é encerrar a realidade tal qual ela é, sem ideias preconcebidas e sem acrescentar-lhe o que quer que seja — como, por exemplo, a ideia auxiliar de um Deus, de uma consciência ou força inicial, criadora de tudo; é estudar essa realidade, com apoio nos dados da observação e das ciências, e pesquisar as forças e as leis que atuam sobre ela. O materialismo já teve formas diferentes, segundo o nível das ciências e os interesses de classe. Lenin dizia que a filosofia marxista é o materialismo em sua forma acabada, visto que abrange tanto a natureza como a sociedade e o pensamento do homem. É também sua forma superior — pois, pela primeira vez, funde a base materialista de sua compreensão do mundo com um método científico de pesquisa e explicação das transformações em curso nesse mundo. O método dialético é científico justamente porque reflete, de modo fiel, essas transformações e suas leis. Engels dizia que a dialética é a ciência dos processos porque trata as coisas e os fenômenos em marcha, em suas transformações, em seu passado e seu futuro. A dialética é, assim, a ciência do desenvolvimento. Suas leis gerais definem a fonte interna do desenvolvimento (lei da unidade e da luta dos contrários), a maneira como ele se realiza (lei da passagem das mudanças quantitativas às mudanças de qualidade); e seu sentido geral — de simples para o complexo, do inferior ao superior (lei da negação da negação).

O Materialismo Histórico é a aplicação do Materialismo Dialético, como concepção do mundo e como método, à história e ao desenvolvimento da sociedade humana. O Materialismo Histórico e o Materialismo Histórico representam uma verdadeira revolução na filosofia. São a ciência social da classe operária e das massas trabalhadoras e por isso mesmo, já não se limitam a explicar o mundo: ligam a teoria à prática, ajudam a transformá-lo. Como arma espiritual da classe operária, constituem a base científica de sua ação política, de sua estratégia e de sua tática. São, assim, o fundamento teórico da luta de classes do proletariado e de seu objetivo final — o comunismo, a sociedade sem classes.

### BIBLIOGRAFIA sumária:

- Marx e Engels — «Manifesto Comunista» Cap. I e III (Edições Vitória).
- Engels — «Do socialismo utópico ao socialismo científico» (Ed. Horizonte).
- «O papel do trabalho na transformação do macaco em homem» (Obras Escolhidas de Marx e Engels — 2.º volume da edição em espanhol e 3.º volume da edição Vitória, no prelo).
- Lenin — «Três fontes e três partes integrantes do marxismo» (Obras Escolhidas, tomo I, edição Vitória).
- «Carlos Marx» (Coleção Marx-Engels e el marxismo — edição em espanhol).
- História do Movimento Operário («Novos Rumos», 1959/60).



## Goiás e Cuba se Encontram na URSS

O governador eleito do Estado de Goiás, sr. Mauro Borges Teixeira, acompanhado de sua esposa, visitou recentemente várias cidades da União Soviética, onde realizou comissões com

numerosas autoridades soviéticas e entrou em contato direto com o povo e as grandes realizações do socialismo. Na visita que realizou ao Palácio dos Pioneiros Zdanov, na cidade de Leningrado, o governador de Goiás teve

oportunidade de encontrar-se com o sr. Vilma Epim de Castro, presidente da Federação das Mulheres de Cuba, e esposa de Raul Castro. Na foto, aspecto desse encontro.

Ivan Ribeiro

## História do Movimento Operário

(LXI)

### Situação da Burguesia Russa na Revolução Democrático-Burguesa

neses enormes somas de resgate pela terra, que utilizam a necessidade que estes têm de terra para aumentar os preços da terra dada em arrendamento, que fundam em seus próprios nomes grandes usinas de açúcar e destilarias.»

A burguesia russa assim formada e constituída, — do industrial puro ao latifundiário aburguesado, — era objetivamente, independentemente de sua vontade, um fator do progresso econômico. Isso era tão evidente que mesmo os populistas, — anticapitalistas utópicos que viam no capitalismo em franca ascensão um «fenômeno artificial», uma «planta de estufa», e na comuna camponesa em rápida desagregação o «germe do socialismo» e a salvação da Rússia. — eram levados, volta e meia, e sem querer, a reconhecê-lo. Criticando a um deles, diz Lenin: «O autor não pode deixar de ver que o «progresso» econômico «liga-se» efetivamente com esses elementos, isto é, que a nossa burguesia efetivamente traz consigo o progresso econômico, ou, para falar mais precisamente, o progresso técnico.»

Mas é preciso não esquecer, ao mesmo tempo, que a burguesia russa era burguesia de um país imperialista, ligada por mil laços ao czarismo e parte integrante do imperialismo mundial, que sugava impiedosamente os povos oprimidos de todo o Império czarista.

Na Rússia amadurecia a revolução democrático-burguesa, agravavam-se as contradições de classe, fermentava a revolta nos milhões de camponeses radicalizados pelo agravamento inaudito da miséria e da fome, o proletariado dava provas de crescente combatividade e consciência de classe. A burguesia russa tinha a classe operária se pusesse à frente da luta popular contra o czarismo e que, assim apoiada, não se desviasse nos limites da revolução burguesa e passasse à revolução socialista. Entretanto, vindo embora na autoerectividade e nas sobrevivências feudais

um obstáculo ao seu avanço desimpedido como classe exploradora, a burguesia não queria derrubar a autoerectividade nem liquidar de vez com as sobrevivências feudais. Buscava uma participação limitada no poder político, compartilhá-lo em conciliação com a nobreza semifeudal. Lenin dizia a esse respeito, em 1897:

«A burguesia não pode deixar de ter consciência de que o absolutismo representa um entrave para o desenvolvimento industrial e social, mas teme a plena democratização do regime social e político e pode sempre agir em aliança com o absolutismo contra o proletariado.» E não se cansava de alertar, durante os anos que antecederam a revolução de 1905-07 e no curso desta revolução, sobre o caráter contraditório peculiar da burguesia russa e o que prevalecia nesse caráter: seu aspecto contra-revolucionário. «A burguesia teme em vezes mais a revolução do que a reação», — repetia ele. «A burguesia olha para trás, teme a reação, o progresso democrático, que brinde a ameaça do fortalecimento do proletariado.»

Em tais condições, qual a tática a adotar pelo proletariado revolucionário da Rússia diante de sua própria burguesia, no processo da revolução burguesa? Lenin e seus companheiros partiram, para a determinação dessa tática «velha e ao mesmo tempo eternamente nova», primeiro da teoria e da prática do movimento operário da Europa Ocidental sintetizadas desde cedo no «Manifesto do Partido Comunista» e no «O Capital» e, em seguida, em toda uma série de obras de Marx, Engels, Kautsky e outros teóricos marxistas. Em segundo lugar, partiram do «caráter necessário, inevitável e progressista» (Lenin) do capitalismo na Rússia. Deve-se lutar contra o capitalismo não pelo «retardamento» do seu desenvolvimento, mas pela sua aceleração, não para trás, mas para frente, não reacionariamente, mas progressivamente» (Lenin). Finalmente, consideraram a situação e o papel social reais da

burguesia como classe: «A existência efêmera e a precariedade da agitação liberal por este ou aquele pretexto, é claro, não podem obrigar-nos a esquecer a insuperável contradição entre a autoerectividade e as necessidades da sociedade burguesa em desenvolvimento. A autoerectividade não pode deixar de entrar no desenvolvimento social. Quanto mais passe o tempo tanto mais se chocam com a autoerectividade os interesses da burguesia como classe, os interesses da intelectualidade, sem a qual é inconcebível a produção capitalista atual. Pode ser superficial o pretexto das declarações liberais, pode ser mesquinho o caráter da posição indecisa e dúbia dos liberais, mas a paz atual é possível, para a autoerectividade, só com o punhado de tubarões particularmente privilegiado da classe dos donos de terras e comerciantes, e de forma alguma com toda esta classe.»

Assim, no «Projeto de Programa» de Lenin se declarava que «são aliados dos operários, em primeiro lugar, todas aquelas camadas da sociedade que atuam contra o poder absoluto do governo autocrático...». «Quanto mais fortemente se desenvolve o capitalismo, tanto mais profundas se tornam as contradições entre essa direção burocrática e os interesses das classes que mais possuem, os interesses da burguesia. E o partido social-democrático declara que apoiará todas as camadas e grupos da burguesia que ajam contra o governo absoluto.»

Em junho de 1905, quando o sangue proletário e popular já começara a derramar-se sob as rubras bandeiras desfaldadas da revolução, Lenin insistia:

«Uma das tarefas do proletariado é empurrar para a frente a burguesia, por diante de todo o povo as palavras-de-ordem da revolução democrática completa, lançar-se independentemente e corajosamente à realização dessas palavras-de-ordem, numa palavra, ser a vanguarda, o destacamento avançado na luta pela liberdade de todo o povo.»

Se o leitor bem se lembra, no último capítulo publicado desta nota (ver NOVOS RUMOS, n.º 60), lhe tínhamos prometido dizer algo, em seguida, sobre a burguesia russa. É indispensável, com efeito, o conhecimento dos traços característicos dessa classe, para compreendermos em suas particularidades o complexo processo revolucionário que amadurecia na velha Rússia czarista no início do século atual e que teria sua primeira grande explosão nas histórias formadas dos anos 1905-07.

A burguesia russa formou-se como classe já no último estágio do capitalismo, na época de sua decomposição, em sua etapa imperialista. O desenvolvimento do regime capitalista na Rússia, como vimos, acelerou-se em seguida à reforma camponesa de 1861 e tornou-se, de tal modo, o processo fundamental, determinante, o «fenômeno principal» (Lenin) no movimento de conjunto da economia do país. Por isso, é a esse processo e não a qualquer outro que Lenin se refere logo às primeiras palavras do seu famoso «Projeto de Programa» dos social-democratas russos, escrito em 1895, em S. Petersburgo, na prisão:

«Desenvolvem-se mais e mais rapidamente na Rússia grandes fábricas e usinas, arruinando os pequenos artesãos a domicílio e os camponeses, transformando-os em operários sem posses, juntando cada vez mais gente na cidade, nos povoados e vilas fabris e industriais.» E Lenin esclarece, na «Explicação» anexa ao «Projeto de Programa»:

«A substituição da pequena produção pela grande é acompanhada da substituição dos pequenos recursos monetários em mãos do patrão isolado por enormes capitais, da substituição dos pequenos ganhos insignificantes por ganhos de milhões. Por isso o crescimento do capitalismo leva em toda parte ao crescimento do luxo e da riqueza. Na Rússia criou-se toda uma classe de grandes tubarões econômicos, de donos de fábricas e estradas de ferro, de comerciantes, de banqueiros, criou-se toda uma classe de pessoas que vivem das receitas dos capitais em dinheiro que emprestam a juros aos industriais, enriquecem os grandes proprietários fundiários, que recebem dos campo-

# Jango na URSS Falou Com o Povo



## O cruzador da Revolução

Simbolo da grande vitória e da tomada do poder pelos trabalhadores, o cruzador Aurora, ancorado em Leningrado, é visita obrigatória de todos os que vão à grande cidade do Báltico. Durante sua estada na velha capital, o vice-presidente João Goulart realizou demorada visita ao velho vaso de guerra, acompanhado de autoridades locais. O sr. João Goulart visitou também, durante o tempo em que esteve na União Soviética, fazendas coletivas, grandes empresas industriais e estabelecimentos de ensino.

## O vice-presidente na URSS

Convidado pelo Soviet Supremo da URSS, o vice-presidente João Goulart realizou, em dezembro, uma visita àquele país. Seu anfitrião foi o presidente L. I. Breshnev.



## Os problemas do campo

Acontecimento que ilustra as condições cada vez melhores para uma rápida normalização das relações entre os dois grandes países, a visita do vice-presidente do Brasil serviu também para levá-lo a tomar conhecimento da realidade da vida na URSS. Na foto o sr. João Goulart recebe um exemplar de um livro escrito por I. Buyanov, presidente de uma fazenda coletiva.



## No Palácio dos Casamentos

Durante sua estada em Leningrado, o sr. João Goulart visitou o Palácio dos Casamentos, local onde se realizam todos os matrimônios na grande cidade da URSS. Na oportunidade, o vice-presidente da República cumprimentou diversos casais, mantendo cordial palestra com rapazes e moças que começavam a nova vida.



## Entre os jovens pioneiros

Uma das preocupações do vice-presidente da República durante a sua visita à União Soviética, foi conhecer os processos de assistência à infância e aos jovens. Além de ter visitado estabelecimentos de ensino, creches e casas maternais, o sr. João Goulart fez uma visita aos pioneiros sendo recebido calorosamente. Aliás, durante todo o tempo que permaneceu na União Soviética, o sr. João Goulart manteve contato com trabalhadores, estudantes, camponeses, dirigentes dos mais variados setores da vida daquele país socialista.

# NOVOS RUMOS



## Entre os trabalhadores

Durante sua estada na URSS, o vice-presidente tomou contato com a vida e a situação dos trabalhadores daquele país, mantendo conferências com dirigentes sindicais e visitando fábricas.